



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 12/X-3º/2011-12

1 - Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e doze, pelas 21H15, nas instalações da Sociedade Recreativa União Pragalense, sita na Rua da Sociedade Recreativa Pragalense, no Pragal, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de setembro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada sobre a situação de segurança - 2011 e votação de Projeto de Deliberação
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão do Plano de Investimentos de 2012 - SMAS”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2013”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Derrama para o ano de 2013”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excepcional de 18 postos de trabalho para exercício de atividade de Auxiliar de Ação Educativa, em regime de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado”
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Teresa Isabel Ralha da Costa Santos; Luís Filipe da Cruz Pereira; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; José Manuel Pereira; António Abrantes de Almeida.

4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

5.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

-O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 28 de setembro de 2012, (Ent. nº 1797/X-3º), (**Conforme Anexo I**).

-O Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com Ausência no dia 28 de setembro de 2012, (Ent. 1801/X-3º), (**Conforme Anexo II**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 28 de setembro de 2012, (Ent. 1837/X-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com Ausência no dia 28 de setembro de 2012, (Ent. 1845/X-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 28 de setembro de 2012, (Ent. 1852/X-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 28 de setembro de 2012, (Ent. 1820/X-3º), (**Conforme Anexo VI**).

5.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de setembro, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de setembro, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VIII, IX, X, XI e XII**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de setembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).
- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, da cidadã Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes e do cidadão Sr.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nuno de Avelar Pinheiro, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIV, XV, XVI e XVII**).

- O Candidato Senhor João Ricardo Lourenço Quintino, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito João Francisco Ludovico da Costa e por impedimento da cidadã Sr.^a Lúcia Maria Barata Rafael, da cidadã Sr.^a Antonieta Pereira Vaz e do cidadão José Joaquim Barradas Farinha, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVIII, XIX, XX e XXI**).

- O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de setembro, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII**).

5.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia da Caparica, da Cova da Piedade, do Laranjeiro, do Pragal e da Trafaria, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respectivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor José Alberto Santos Cabete, Senhora Maria José David Balaia de Bernardino, Senhor Luís Filipe Almeida Palma, Senhora Ilda de Lurdes Oliveira Dâmaso Garrett e Senhor Hernâni Figueiredo da Silva, (**Conforme Anexos XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII**).

5.3 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 1458/X-3º ao nº 1798/X-3º, do Expediente Enviado do nº 567/X-3º ao nº 802/X-3º, informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 22/X-3º/2011-2012, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 05/X-3º/2011-2012 (Período de 27 de junho a 22 de setembro de 2012), das



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Atas Nº 10/X-3º/2011-12 e 11/X-3º/2011-12 e das Minuta das Atas Nº 10/X-3º/2011-12 e 11/X-3º/2011-12 para posterior aprovação e ratificação.

5.4 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados Municipais e das respetivas respostas.

5.4.1 - O Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira sobre “Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo” e já referenciado na Ata Nº 07/X-3º, ponto 4.4.10, teve a Resposta da Câmara Municipal através do ofício nº 257/GP, de 11 de maio de 2012, dando entrada na Assembleia nesse mesmo dia e teve o nº 1242/X-3º.

5.4.1.1 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 423/X-3º, de 17 de maio de 2012.

5.4.2 - Foi apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Salvado um Requerimento sobre “Despesa com Encarte Distribuído na Edição do Expresso e com Anúncio Televisivo”.

5.4.2.1 - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 02 de julho de 2012, foi registado com o nº 1517/X-3º e designado de nº 04/PS/X-3º.

5.4.2.2 - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 03 de julho, através do ofício nº 590/X-3º.

5.4.2.3 - A Câmara respondeu através do ofício nº 364/GP, de 25 de julho de 2012.

5.4.2.4 - A resposta foi remetida à Sr.ª Deputada Municipal requerente em 30 de julho de 2012, através do ofício nº 720/X-3º.

5.4.3 - Foi apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Salvado um Requerimento sobre a “Poupança na Iluminação Pública”.

5.4.3.1 - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 02 de julho de 2012, foi registado com o nº 1518/X-3º e designado de nº 05/PS/X-3º.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.4.3.2 - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 03 de julho, através do ofício nº 591/X-3º.

5.4.3.3 - A Câmara respondeu através do ofício nº 363/X-3º, de 25 de julho de 2012.

5.4.3.4 - A resposta foi remetida à Sr.ª Deputada Municipal requerente em 30 de julho, através do ofício nº 721/X-3º.

5.4.4 - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco um Requerimento sobre o “Plano de Pormenor da Fonte da Telha”.

5.4.4.1 - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 03 de setembro de 2012, foi registado com o nº 1725/X-3º e designado de nº 24/CDS-PP/X-3º.

5.4.4.2 - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 04 de setembro, através do ofício nº 759/X-3º.

5.4.4.3 - A Câmara respondeu através do ofício nº 415/GP, de 19 de setembro.

5.4.4.4 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente em 21 de setembro 2012, através do ofício nº 799/X-3º.

5.4.5 - O Presidente informou que todos os Requerimentos e respetivas respostas cumpriram as normas regimentais, nomeadamente quanto aos prazos.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Pedro Gamboa, em representação da “Gandaia”, residente na Costa da Caparica.

6.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Pedro Gamboa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estou aqui em nome da Associação Cultural Gandaia, da Costa da Caparica, e as nossas primeiras palavras são de reconhecimento do empenho que a Câmara Municipal tem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

demonstrado na resolução de muitos dos problemas e carências que sempre têm preocupado a população da freguesia.

Subsistem, contudo, alguns pontos negros que suscitam grande inquietação a todos os caparicanos e exigem grande reflexão coletiva, no sentido de se encontrarem as melhores soluções para essas situações, por parte dos autarcas, dos técnicos municipais e dos cidadãos.

É nessa condição de cidadãos, porque não nos demitimos dela, que nos sentimos no direito e na obrigação de contribuir para a sua resolução, apontando o que pensamos que está mal e tem de ser erradicado; o que pode ser alterado e melhorado; e o que pode ser implementado, feito de novo, em benefício da freguesia e das condições de vida dos seus habitantes.

Neste sentido, apontamos o que julgamos serem as cinco principais questões que trazem desassossegados os costacaparicanos. A ordem dos pontos que vamos enumerar é aleatória.

Em primeiro lugar o Projeto Polis e a sua conclusão, ou não, com a execução dos restantes 5 planos de pormenor que nem sequer foram iniciados; e a manutenção, alterações e melhoramentos imprescindíveis aos 2 planos de pormenor já concluídos.

O 2º ponto é a recolha do lixo e a limpeza da cidade, para a qual ainda não foi encontrada uma solução que satisfaça nem os moradores, nem o comércio, nem os visitantes.

3º lugar a questão das acessibilidades e a extensão, do nosso ponto de vista fundamental e estratégica para a Freguesia e para o Concelho, do metro de superfície. Nesta alínea inserimos também a importância da carreira fluvial Trafaria - Porto Brandão - Belém que deve ser encarada em duas vertentes: como transporte de uso diário de ligação, para os habitantes da Trafaria e da Costa da Caparica, à capital; e como itinerário turístico de inegável interesse histórico, ambiental e paisagístico.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4ª questão colocaríamos a tranquilidade e segurança das populações. Nesta matéria temos grandes e justificadas reservas em relação à solução adoptada, em que vastas zonas urbanas ficam, durante períodos alargados de tempo, sem qualquer tipo de iluminação pública.

Finalmente, em 5º mas talvez não menos importante, a questão do arranjo urbanístico e melhoramento estético da cidade, nomeadamente no seu centro social, cívico e comercial: a Praça da Liberdade, a Rua dos Pescadores e artérias adjacentes.

No que diz respeito ao CostaPolis a nossa preocupação incide, naturalmente, sobre o fantasma da sua extinção antes do prazo inicialmente previsto e da conclusão de todo o projeto. No entanto, em relação ao que está acabado, pensamos que são necessárias algumas alterações importantes: atente-se ao caso da denominada Largo da Tábua que é, acima de tudo, um atentado ao bom-senso. Inevitavelmente, mais tarde ou mais cedo, todo o espaço terá de ser repensado, desenhado e reconstruído noutros moldes. Na nossa opinião, que vale o que vale, esse seria o local privilegiado para o terminal do Transpraia.

Aparentemente, esta solução não é pacífica mas, apesar de toda a celeuma sobre o assunto, sempre foi nesse ponto de escoamento da Rua dos Pescadores em direção às praias que esse equipamento esteve instalado. E bem. A deslocalização do Transpraia para sul, para a Praia da Saúde, assente no pressuposto estabelecido pelo Programa Polis de uma nova centralidade que parece poder vir a gorar-se com a extinção prematura da Sociedade CostaPolis, pode levar ao encerramento definitivo desse equipamento de grande valor afetivo e simbólico para a Costa da Caparica. A supressão desse equipamento significaria mais desemprego em tempo de grave crise económica, perda de competitividade em termos de oferta turística da área metropolitana de Lisboa e da península de Setúbal e o desaparecimento de mais um ex-libris da comunidade local e da região.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Agora e para finalizar, gostaria se ainda me fosse permitido, falar da Gandaia e expor as nossas necessidades mais prementes.

Como é do conhecimento geral somos uma associação cultural sem fins lucrativos, fundada recentemente. Nascemos em finais do mês de março com a reabertura de uma sala de cinema que estava fechada há mais de doze anos, agora rebatizada como Auditório Costa da Caparica, porque foi nossa intenção desde o princípio abri-la e pô-la à disposição da comunidade e dos seus interesses. Para esse passo seminal da nossa existência contamos com o apoio indispensável da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que disponibilizou pessoal para a recuperação do espaço e alguma verba para a sua manutenção.

Podemos afirmar com toda a certeza, com orgulho mas sem sombra de soberba, que nunca a Costa da Caparica teve uma agenda cultural tão preenchida e variada como este ano.

Com a cooperação e solidariedade de diversas personalidades e instituições locais, concelhias e exteriores ao nosso território, nomeadamente o Teatro Extremo, a Associação de Arqueologia do Concelho de Almada, a associação Olhares, a Arena de Feras, a Conquistarte, a RealGana, a Pantalassa e, com sede em Lisboa Associação VaiDeCasa, e com sede em Lisboa, a Associação Intercultura Cidade, etc., produzimos e realizámos uma programação consistente e de qualidade.

Fomos coprodutores, com o Teatro Extremo, do Festival Sementes que pela 1ª vez chegou à Costa da Caparica com peças e espetáculos de grande qualidade para o “pequeno público”.

Trouxemos teatro sério e comédias para adultos.

Criámos o Cineclubes que realizou e está a realizar ciclos de Cinema que abrangem todos os géneros, os grandes temas os realizadores míticos, os principais intérpretes, mas também as cinematografias marginais e alternativas, os filmes de autor e os “malditos”.

Organizámos conferências sobre temas da atualidade e abordámos assuntos polémicos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Promovemos lançamento de livros.

Produzimos concertos de diferentes géneros musicais e espetáculos de dança.

Houve festas e saraus de escolas.

Sempre pusemos, pomos e continuaremos a pôr o nosso espaço à disposição dos cidadãos e das instituições que dele necessitem para as atividades que entenderem, desde que não contendam com alguns valores básicos em que acreditamos e dos quais não prescindimos, como sejam: a liberdade, a democracia, o respeito pela diversidade e pelas diferenças de género, éticas, religiosas, sociais, culturais, políticas e outras.

Para além do que acabei de enumerar, a Gandaia também organizou uma Comunidade local de leitores em pleno funcionamento e com grande sucesso e pretende criar, no âmbito do Auditório, um Grupo de Teatro que parece ser um dos grandes desejos da população.

Contudo, pese tudo aquilo que enumerei, a nossa situação atual é precária e de risco eminente.

Falta-nos praticamente todo o equipamento técnico para que o auditório possa funcionar em condições minimamente aceitáveis.

Temos conseguido funcionar com equipamento gentilmente cedido, a título precário e de empréstimo, pelo Teatro Extremo que pela natureza da sua própria atividade precisa dele para os seus espetáculos e eventos.

Devolvemos ontem aos seus legítimos proprietários tudo o que nos foi emprestado e estamos hoje, dia 28, sem P A para o som na sala e sem projetores para a luminotécnica. E essa é uma situação insustentável.”

6.2 - Usou da palavra o Município Exm.^o Senhor Ricardo Salomão, residente na Costa da Caparica.

6.2.1 - O Município Exm.^o Senhor Ricardo Salomão:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho-vos falar de uma utopia. Eu pertenço à mesma Associação do Pedro, e tenho dois assuntos para vos propor à consideração nesta noite.

A primeira utopia tem a ver com o Transpraia. Nós realmente não aceitamos o fim do Transpraia, queremos ver o Transpraia de volta ao centro da Costa da Caparica, mas temos esta ideia de que a melhor solução seria o Transpraia ir até à Trafaria. Concebemos essa relação que para nós é estratégica entre a Trafaria e Belém como essencial para o reforço da oferta turística da Costa da Caparica. Para nós é a melhor forma de trazer o turismo de Belém, um ponto essencial da nossa capital e propor a mesma oferta turística, mas com o fato de banho e uma toalha, em dez minutos estariam em vinte e oito quilómetros de praia. Isto não é uma oferta que qualquer capital europeia tenha. Esta nossa visão partia também do princípio que uma vez dentro deste sistema, o nosso sistema municipal seria fácil de distribuir os turistas, a oferta turística pelos pontos de interesse do Município de Almada e que são natural e historicamente emparelhados com Lisboa a começar com a Torre Velha que é a matriz arquitectónica da própria Torre de Belém e que foi há pouco tempo consagrada como património nacional. Haverá dificuldade em levar o Transpraia até à Trafaria. Eu tenho consciência que vejo isto como uma ideia ao contrário do Executivo da Câmara que tem uma consciência precisa de que carris que terras atravessam, dos problemas que isto traz. Eu tenho consciência disso. Também tenho consciência que existe e tem existido com frequência uma espécie de instância, a instância do “tem que ser”, a instância do “tem que ser” também se aplicou na Costa no sentido da centralidade ser desviada para sul, Também nos é difícil de compreender, mas que aceitamos. Aceitamos se forem tomadas as medidas necessárias para transformar o atual centro num centro histórico. E apoiar os comerciantes do atual centro, a fazer a transição para essa nova realidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta é a primeira ideia que vos queria trazer, uma ideia que pensamos ser de futuro, que trazia ao próprio Transpraia uma visibilidade que constituía em si próprio uma grande oferta para o turismo da região.

O segundo assunto que eu vos queria aqui trazer é o perigo que está a ameaçar um outro projeto que existe na nossa zona, mais concretamente na Trafaria, que tem ajudado imenso a Gandaia um projeto de enorme valor, que a própria Câmara reconhece, liderado pelo Professor João Rodrigues, que neste momento está organizado através de uma Associação Vaidecasa e que está a atravessar grandes dificuldades financeiras. A Gandaia vai iniciar a partir da semana que vem uma campanha de coleta de fundos, para tentar apoiar o Professor e os seus projetos porque reconhecemos uma evidente mais valia para a nossa comunidade, o trabalho dele não é recente, nós somos recentes, mas o trabalho dele não é recente, tem provas claras e apelamos à Câmara para fazer o possível para apoiar aquele projeto que tem sido importante até para nós na Costa da Caparica, que levou um projeto de animação muito interessante e que pode ainda ser mais desenvolvido no próximo verão, mas também na própria população da Trafaria.”

6.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Rodolfo Filipe Rodrigues, residente em Almada.

6.3.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Rodolfo Filipe Rodrigues:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou aluno do Instituto Superior de Ciências da Saúde de Egas Moniz, do Curso de Medicina Dentária e vinha aqui trazer a debate um assunto que me preocupa a mim e não só, aos meus restantes colegas da Egas Moniz, como também da FCT. Como sabem as duas Faculdades situam-se no Monte de Caparica que é um local bastante perigoso e ultimamente temos notado que começa a haver falta de segurança naquela zona. Chega-se a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

uma certa hora, nomeadamente a partir das oito, oito e trinta da noite, em que os candeeiros das ruas junto à Faculdade quase que não têm luz, passam muitas pessoas estranhas ali à volta da faculdade e quem tem que fazer a segurança daquela zona é basicamente os seguranças privados da Faculdade. Há várias pessoas que andam na Faculdade que moram em Lisboa, e a certas horas da noite têm que ir para o metro sozinhas e com outros colegas, e já há muita gente que foi ali assaltada, por pessoas dos Bairros, nomeadamente junto ali à Fomega, os Bairros do Monte de Caparica. E além de serem assaltadas, houve raparigas também da Egas Moniz, já houve casos e isso já apareceu também no Correio da Manhã, de violações e isso tudo, ali junto àquela zona. Além disso eu gostava também que tivessem em conta um reforço policial para aquela zona. Porque os estudantes que lá estão são o futuro deste país e desta região, e aqueles polos universitários que ali estão são um ponto de localização importante para as pessoas do Concelho de Almada. E é um chamamento para trazer mais habitantes para o nosso Concelho. Além disso também muitos daqueles estudantes estão a habitar nos prédios ali à volta da Faculdade e também por histórias que conheço não sentem segurança ali à volta, porque já houve pessoas que ali foram assaltadas e toda a gente se queixa do mesmo, há falta de polícia naquela zona e a certas horas da noite é quase impossível andar na rua. A Associação de Estudantes da Egas Moniz normalmente em períodos de festa, quando é as festas de receção aos caloiros, as semanas académicas e por ai fora, têm que ser eles do próprio orçamento que a Faculdade dá, que têm que contratar a GNR para fazer o reforço policial. Além disso uma outra proposta que a Faculdade e muitos outros alunos concordam, era se fosse possível colocar câmaras de videovigilância tanto na paragem do Monte de Caparica, como também na paragem da FCT, quando eu digo videovigilância não significa estarmos a controlar a vida das pessoas, pelo contrário é estarmos a protegê-las e toda a gente ali quer proteção, porque



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a certas horas como eu já aqui referi são bastante perigosas. E eu agora gostaria de deixar a cargo de vós, tentar resolver esta situação e abordassem o assunto que é importante, e que dessem uma resposta breve.”

6.4 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Ângelo Rodrigues, residente em Almada.

6.4.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Ângelo Rodrigues:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vou ser muito breve, não sou habituê destas coisas, mas fui convidado para vir aqui e estou aqui com muito gosto, em pleno direito de cidadania e queria apenas dizer o seguinte: sou residente aqui bem perto no Pragal, ali próximo da PSP e naquela zona que está reservada, portanto eu não quero referir-me à existência, às funções, à razão de ser da ECALMA, provavelmente neste plenário muito se terá falado e debatido e especulado sobre a razão de ser dessa entidade, queria apenas reafirmar, de facto não escrevi, não fiz nenhuma queixa por escrito como deve ser, mas já recorri várias vezes por telefone e tentei chamar a atenção para o seguinte, que não consigo compreender ainda hoje. Portanto, a família tem vários carros e temos que estacionar num sítio que está reservado aos residentes, e o que eu vejo quase sistematicamente todos os dias, dia após dia, semana após semana, é que num espaço que leva mais de trinta carros, o meu carro e mais um ou dois é que têm o dístico, o selo passado pela ECALMA, o que é que isto revela? Revela uma falta de fiscalização por essa entidade, já fui multado várias vezes, resido ali que sou obrigado a colocar o carro nos parquímetros e a pagar por isso como é óbvio, quando devia ter este direito pleno de colocar o carro no sítio que me está reservado. Quando não há lugar paciência, mas o facto é que há muitos lugares mas que estão ocupados por pessoas que deviam estar a pagar no parquímetro, porque vão aos serviços, têm direito a isso, mas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quando eu vou a Lisboa ou outro sítio qualquer fora do Concelho também vou ter que pagar para ir aos serviços.

Portanto, eu chamo a atenção, é que a ECALMA, enfim quem está a representar tudo isso, leve em conta esta situação que não se passa segundo sei apenas e só na zona do Pragal, portanto é aquilo que mais me diz respeito diretamente, mas chamar a atenção para essa falta de fiscalização e se as coisas são assim, independentemente de nós podermos concordar com elas ou não, claro que não concordo de todo, mas se obrigam a viver desta forma em relação ao estacionamento, então que a entidade que superintende que é estacionamento, o faça de uma forma correta, eficaz e sem prejudicar as pessoas que têm direito ao estacionamento.

Penso que é um assunto importante, é demasiado regional, mas suponho que se passa a nível de todo o Concelho.”

6.5 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Neves e Fernando Pena e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria cumprimentar todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados Municipais, os Vereadores da Câmara, Srs. Múncipes presentes na Assembleia Municipal e também cumprimentar os órgãos sociais da Sociedade Recreativa União Pragalense que nos acolhe aqui esta noite, uma Coletividade com um percurso e um trabalho exemplar ao longo dos anos em benefício da nossa população.

Eu gostava de começar por dizer que é muito importante que os nossos cidadãos utilizem todos os espaços que permitem o exercício da cidadania, um direito democrático que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conquistámos com o 25 de Abril e obviamente a Assembleia Municipal fica valorizada com a participação dos munícipes sempre que há uma Assembleia, sempre que ela se realize onde quer que seja. Mas também gostava de dar nota aos nossos Munícipes e aproveitar sempre a oportunidade para o fazer, que a nossa Câmara Municipal reúne naturalmente com mais regularidade do que a Assembleia Municipal porque é um órgão executivo e portanto reúne publicamente também sempre a partir das seis da tarde, à primeira e terceira quarta-feira de cada mês, durante todo o ano, e também esse é um espaço importante para que os nossos munícipes possam de uma forma mais regular apresentar à Câmara as suas preocupações, as suas sugestões, as suas ideias. Nós tivemos reunião ainda esta semana, onde vários dos nossos Munícipes estiveram presentes e apresentaram as suas preocupações, também o seu agrado naquilo que consideram de referenciar e também as ideias. Os nossos Munícipes que hoje aqui fizeram as suas intervenções, eu saúdo todos, no entanto gostava de vos dizer que até hoje não vos foi possível participar em nenhuma das reuniões públicas da Câmara, mas não percam esse espaço, essa oportunidade porque também lá existe a possibilidade de colocarem sem tempo limitado as questões que tiverem para colocar, sem limite de tempo porque é um funcionamento diferente, e depois da própria Câmara terminar a sua reunião, os eleitos sempre ficam o tempo que é necessário a dialogar com os cidadãos tomando mais algumas notas, ajudando a perceber melhor as questões, muitas vezes tomando também nota dos números de telefone por forma a que possamos interagir uns com os outros, no sentido de dar continuidade aos contatos e ao tratamento dos assuntos.

Bom, mas agora, referindo-me às questões aqui trazidas gostava de deixar a seguinte nota. Em relação às questões de segurança, a segurança tem obviamente a vertente da intervenção das forças de segurança que têm que ter instalações, que têm que ter efetivos, que têm que ter meios de deslocação isso é uma questão fundamental e a este propósito dizer que o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nosso Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos tem um funcionamento regular e que já apresentou também a este Governo aquilo que são os problemas que identificámos, as necessidades de efetivos, de instalações, nomeadamente na zona do Monte de Caparica onde faltam instalações para a Guarda Nacional Republicana, há muitos anos, há muitos e muitos anos que foram prometidas e que nunca foram concretizadas e também outras sugestões relativamente a várias matérias que apresentámos ao Sr. Ministro da Administração Interna. Mais recentemente queria dizer-vos que soubemos através dos jornais que estava à venda o edifício que foi centro de formação da UGT, no Plano Integrado de Almada e ao termos conhecimento disso imediatamente fizemos chegar essa informação ao Sr. Ministro da Administração Interna dizendo que era uma oportunidade para obviamente dentro do próprio Governo esse assunto pudesse ser abordado e aquelas instalações poderem ser concordadas para dar resposta num prazo mais curto a uma necessidade que é conhecida, que é forte e que se arrasta há muito tempo. Não temos conhecimento se esta sugestão teve algum desenvolvimento ou não, mas tivemos oportunidade de fazer-la e pensamos que é uma boa sugestão para mais rapidamente se resolver de facto este problema. Depois também temos contatos com o meio universitário, nomeadamente a FCT, Egas Moniz, etc., e com as forças de segurança no sentido de também em conjunto podermos identificar os problemas e chamar a atenção para a sua existência. É evidente que a questão da iluminação pública é recorrentemente referida, aquela questão de se ligar a iluminação pública meia hora mais tarde e desligar uma hora mais cedo, essa situação com o compromisso da EDP de introduzir telegestão, telegestão dentro da Área Metropolitana cinco por cento este ano e o restante em 2013/2014, já deu lugar a que o nosso Município tivesse dito quais os PT's onde esta telegestão, telerregulação deveria ser introduzida este ano os cinco por cento e também no sentido de os relógios voltarem à fase primeira, ou seja, ligar com o por do Sol e desligar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

com o nascer do Sol. E portanto acabando aqui com a meia hora e a uma hora. Isto também decorrente de um estudo que foi feito e que permitiu avaliar relativamente à introdução da telegestão, telerregulação, com a experiência, projeto piloto que nós temos no nosso Município, projeto Ecolight, permitiu-nos perceber que não evitando acréscimo de despesas, em consequência do aumento da tarifa em quatro por cento, e o aumento do IVA em dezassete por cento, não evitando o aumento dos encargos, mas esta medida de regulação, de telegestão, permitiria que a verba que nós identificámos como possível poupar com a hora e meia, ficasse resolvida por aqui. Isso está no nosso site, está no Boletim Municipal, deu-se essa informação aos cidadãos e portanto a EDP tem estas orientações desde julho deste ano, porque este assunto foi também sendo analisado no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa. Não é um assunto exclusivamente do Concelho de Almada, é de toda a Área Metropolitana de Lisboa e o compromisso da EDP foi com todos os Municípios da AML.

Depois queria deixar nota em relação à Associação Gandaia que acarinhámos, que saudamos, que louvamos e que temos uma grande expectativa todos. Aliás o trabalho feito evidencia o potencial que esta Associação tem relativamente à Costa e ao trabalho cultural que tem vindo já a ser feito com o aproveitamento daquela sala de cinema que estava abandonada e que entretanto passou a ser um recurso muito importante na Costa da Caparica. Naturalmente que quando o meu amigo diz aqui que em vinte e um de julho pediu um apoio, também se meteram as férias, e por exemplo o Vereador de que fala esteve de férias em agosto, retomou já em setembro e naturalmente que não deixará de ter em atenção aquilo que vocês apresentaram. Mas eu volto ao princípio, não se esqueça de ir às reuniões públicas da Câmara porque nós damos continuidade às conversas e às preocupações que nos são apresentadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente à visão para a Costa, à visão para a Trafaria, nós já tivemos coletivamente oportunidade de discutir a estratégia para estes territórios, já o fizemos, aquilo que foi definido não foi a visão do Executivo Municipal, foi a visão do conjunto dos atores locais, dos cidadãos, das instituições e portanto não é exclusivo da Câmara Municipal aquilo que acabou por ser estabelecido como visão para estes territórios. Gostaria de comungar convosco a preocupação relativamente à CostaPolis, penso que não pode ser um fantasma em extinção, as diligências junto do Governo não pararam, ainda esta semana tivemos novamente uma diligência junto do Gabinete do Sr. Primeiro Ministro, estamos eu, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia da Costa, em conjunto a lutar, a intervir, a agir de modo a que os governantes nos ouçam, não só o Ministério do Mar, do Ambiente do Ordenamento do Território mas o Governo no seu conjunto, através da pessoa do Sr. Primeiro Ministro. E portanto, queremos dar o nosso contributo sério, um contributo construtivo, no sentido de que aquilo que está mal seja remediado, porque há garantias bancárias, porque é preciso que a CostaPolis também possa aciona-las para resolver o que está mal e é necessário que o Polis da Costa da Caparica seja concretizado em toda a sua plenitude. Nós temos sete Planos de Pormenor, só dois é que não estão aprovados e ratificados, só dois dos sete. E portanto o que é preciso é que todos eles os cinco sejam postos no terreno e os dois que não estão ainda em forma de Lei aprovados e publicados e ratificados o sejam. Agora, é preciso também que conforme a Sr.^a Ministra nos disse nós, a mim, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da Junta de Freguesia, que se confirme aquilo que ela nos disse, não está em causa (foi o que nos disse) não está em causa o tempo para a concretização do Polis, não está em causa a venda dos terrenos e a aplicação das receitas nessas vendas no Polis da Costa da Caparica, é preciso que isto se concretiza e que isto não seja posto em causa. E o nosso receio é que as coisas caminhem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conforme se configuram neste momento o Polis possa terminar em 2013. E nós autarcas que representamos a Freguesia, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, temos sido incansáveis no sentido de levar aos nossos governantes, até ao Sr. Primeiro Ministro a nossa informação, o conhecimento e aquilo que consideramos que é fundamental que conheçam para não pôr em causa este projeto que é um desígnio municipal como muitas vezes foi sendo referido.”

6.5.2 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há coisas que têm números e há outras coisas de facto, os apoios exprimem-se muitas vezes pelos atos, pelas atitudes e pelos investimentos que se fazem. É verdade que a Junta de Freguesia, eu cheguei um bocadinho tarde, mas é verdade que a Junta de Freguesia tem apoiado a nova Associação Gandaia, lembremos que a Associação Gandaia tem seis meses, sete meses, não tem mais e na verdade a Junta de Freguesia até à data de hoje, eu disse ontem na Assembleia de Freguesia que tinha apoiado a Associação com cinco mil e sessenta e três euros, e depois na quinta-feira de manhã fui alertado que já tinha assinado um cheque de oitocentos euros o que faz cinco mil oitocentos e sessenta e três euros e trinta de apoios em materiais, subsídios e outras coisas que por ali foram arrançadas, sem contabilizar o trabalho do funcionário da Junta. Depois há duas coisas que nós temos que perceber, a Junta de Freguesia da Costa da Caparica apoia sempre, sempre a cultura, apoiará sempre a cultura como tem feito. Muitas vezes não tem dinheiro e recorre à Câmara com empréstimo de autocarros, etc., e acordamos os pagamentos se há dinheiros, se não há dinheiros, etc.. Vamos continuar como é óbvio, desde que seja cultura a apoiar a Associação Gandaia porque não nos passa pela cabeça não termos um espaço ao que se chamou Auditório da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Costa da Caparica, ao antigo cinema no Centro Comercial do Pescador, não nos passa pela cabeça, como é óbvio dar o dito por não dito e deixarmos de apoiar só porque enfim. Agora há uma coisa que a Associação Gandaia e todas as Associações e todas as instituições devem compreender é que a Junta de Freguesia da Costa da Caparica apoia, continuará a apoiar desde que não sejam subvertidos os objetivos, os fundamentos e essencialmente as finalidades que levaram à criação deste tipo de associações ou deste tipo de entidades.”

6.5.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar independentemente das propostas apresentadas, salientar este gesto de cidadania de pessoas que estão comprometidas com a sua terra, que pensam os problemas, que propõem as soluções para o futuro e porque se este exemplo fosse mais seguido certamente teríamos uma vida pública mais rica e muitas vezes mais consentânea com aquilo que são as verdadeiras aspirações da população. E portanto, a minha primeira palavra era de enaltecimento, e quem dera que mais pessoas estivesse assim comprometidas com as suas terras.

Relativamente ao problema que nos foi trazido da segurança junto à Escola Superior de Saúde da Egas Moniz, o Sr. que aqui esteve levantou três problemas. Um deles prendia-se com o policiamento, o outro foi a iluminação pública e o terceiro a sugestão de videovigilância. Ao primeiro a Sr.^a Presidente da Câmara deu resposta, quanto ao policiamento não é do âmbito da Câmara Municipal, certamente. Relativamente à iluminação pública é um problema de todo o Concelho, há meses que se arrasta, há meses que ouvimos falar das coisas mais extraordinárias como a telegestão e os relógios astronómicos, há meses que ouvimos promessas de resolução, hoje ouvimos mais uma, esperemos que esta seja a última promessa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por fim, um silêncio sepulcral relativamente à videovigilância, um aspeto muito importante, o CDS apresentará hoje uma moção relativamente à videovigilância, esperemos ter aí uma noção de qual é a posição da Câmara Municipal de Almada relativamente a este assunto.”

6.6 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1- Usaram da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e os Srs. Deputados Municipais Sérgio Taipas e Ana Margarida Lourenço.

7.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Temos dezassete documentos apresentados de iniciativas dos Srs. Deputados Municipais, do ponto de vista regimental iniciávamos com os Votos de Pesar e sobre eles há três mais um, os três têm a ver com os Votos de Pesar apresentado pela CDU pelo falecimento dos cidadãos Maria Isabel Conceição Santos, Diamantino Parreira da Silva e Fernando Rocha, e há um outro voto apresentado pelo PSD, mas entrou fora do prazo previsto pelo que só por unanimidade neste caso e tendo em conta que é um Voto de Pesar poderá ser admitido. Se fosse uma moção acontecia o mesmo que já aconteceu anteriormente ou seja seria apreciado em próxima sessão. Mas está à vossa consideração.”

7.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os três Votos de Pesar apresentados pela CDU estão distribuídos e são conhecidos, nós prescindimos da sua apresentação.

Aceitamos a entrada do Voto de Pesar apresentado pelo PSD.”

7.1.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só em relação ao Voto de Pesar apresentado pelo PSD, queremos só fazer uma pequena ressalva, que só mesmo pelo facto de ser um Voto de Pesar é que a bancada do PS aceita que este documento seja apreciado, até porque a data do falecimento da pessoa em questão, não justifica que tenha sido apresentado só hoje, mas ainda assim obviamente por uma questão de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

respeito e por ser este tipo de documento é que aceitamos porque também não queremos que se abra este precedente e que este caso não seja utilizado depois para outras situações como já aconteceu no passado, outros documentos que foram rejeitados, é só isto.”

7.1.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

A opinião da Mesa é precisamente essa também, pelo que com o acordo também do BE e CDS, havendo unanimidade da Assembleia, está admitido e será apresentado e apreciado hoje.”

7.2 - Os Votos de Pesar, foram apresentados pelos Srs. Deputados Municipais José Manuel Pereira (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Isabel da Conceição Santos), Luís Filipe Palma (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Diamantino Parreira da Silva), Carlos Leal (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Vieira da Rocha) e Armando Barata (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Rodrigo Zagalo e Melo).

7.2.1 - O Voto de Pesar do Sr. Deputado Municipal José Manuel Pereira (CDU), Presidente da Junta de Freguesia do Feijó:

“Maria Isabel da Conceição Santos, nasceu em Lisboa (Santos O Velho) a 9 de agosto de 1935 e faleceu a 19 de julho de 2012.

Maria Isabel Santos, desde 1965 que era colaboradora ativa da Sociedade Recreativa Estrelas do Feijó, mais de 45 anos ininterruptos de serviços prestados à Coletividade e aos seus Associados, especialmente no Pelouro das Atividades Culturais.

A Isabelinha, como era conhecida recebia na sua coletividade as crianças como se de uma creche se trata-se, criou um Jardim de Infância onde ensinava as primeiras letras, e davam os primeiros passos na ginástica, mais tarde quando jovens integrava-as nas artes da costura, do bordado. Era sempre com enlevo, quase com devoção que falava e se relacionava com os seus jovens.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A par da escola infantil, criou o teatro misto de que era encenadora, apresentadora das peças levadas a cena, das quais se recordam “A Velhinha” a “Catarina Eufémia” e o “Velho do Saco”.

Foi a grande dinamizadora dos desfiles de Carnaval e das Marchas Populares de S. João da Sociedade Recreativa Estrelas do Feijó, de que era também ensaiadora, e autora da letra das canções.

Revelou sempre ao longo da sua vida um carácter humanista excepcional, um coração grande e uma grande generosidade sendo por todos adorada e em particular pela juventude com quem diariamente convivia.

Á Maria Isabel da Conceição Santos, a Câmara Municipal de Almada, atribuiu a Medalha de Prata de Mérito e Dedicção.

O Concelho de Almada, a Freguesia do Feijó e a Sociedade Recreativa Estrelas do Feijó estão mais pobres pela perda da Isabelinha; pelo que a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário de 28 de setembro de 2012 homenageia e exalta a vida e os valores da cidadã Maria Isabel Santos, manifesta profundo pesar e solidarias condolências aos seus familiares.”

7.2.2 - O Voto de Pesar do Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), representante da Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro:

“Após mais de 5 anos de Luta contra uma doença degenerativa que nos privou da sua companhia muito antes de ter partido, DIMANTINO PARREIRA DA SILVA, faleceu no passado dia 7 de Setembro, com 71 anos.

Diamantino Parreira da Silva, o Primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Laranjeiro, o cidadão, o homem bom, de grande solidariedade e politicamente comprometido e empenhado. Nasceu em Relíquias uma Aldeia do Concelho de Odemira a 10 janeiro de 1941 onde fez o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ensino primário, como na altura era designado, o primeiro ciclo de estudos básicos, terminou a 4ª classe com distinção.

Aos 11 anos iniciou-se no mundo laboral com o seu pai na cortiça, a recolher tacos, mais tarde foi trabalhar numa casa de família onde foi rapaz de recados e trabalhador de escritório nos negócios da família onde desenvolveu um conjunto de competências que lhe valeu mais tarde um louvor na sua carreira militar.

Um de três filhos de trabalhadores rurais analfabetos, cedo veio para o Concelho de Almada em maio de 1970 com 29 anos tendo fixado residência no Laranjeiro com a sua esposa. Concorreu a um lugar como dactilógrafo para a presidência do concelho de ministros sempre vigiado de perto pela polícia política viu-se obrigado a abandonar este trabalho. Estudou já adulto a sua pretensão era licenciar-se em Economia, o que não chegou a acontecer por motivos circunstanciais da sua vida profissional e política.

Foi ativista sindical na estrutura representativa dos Empregados de Escritório e posteriormente na Federação dos Sindicatos dos Escritórios, Comércio e Serviços onde as suas posições e intervenções políticas levaram a que deixassem de lhe dar funções durante cerca de 1 ano resultando no abandono forçado destas tarefas.

Viveu o 25 de Abril e em memória de toda uma geração de trabalhadores explorados dedicou a sua vida à atividade política acreditando contribuir para uma sociedade mais justa sem explorados nem exploradores.

A par com a sua atividade profissional integrou a Comissão Concelhia de Almada do Partido Comunista Português tarefa que lhe valia o seu maior orgulho.

Militante do Partido Comunista Português desde Abril de 1974 integrou a Comissão de moradores do Laranjeiro tendo integrado o Secretariado das Comissões de Moradores local e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o executivo da Junta de Freguesia da Cova da Piedade nas Eleições Autárquicas de 1979, o segundo ato Eleitoral em Democracia.

Responsável político da Freguesia de Laranjeiro do Partido Comunista Português com a criação da Freguesia de Laranjeiro em 1985, resultante de uma reorganização administrativa do Concelho de Almada aprovada na Assembleia da República a nova Freguesia de Laranjeiro tem as suas primeiras eleições autárquicas em 1986, desta feita intercalares, sendo o Diamantino Silva o seu primeiro presidente eleito pela Aliança Povo Unido.

Homem de consensos no cumprimento da sua tarefa, empenhado, humano e dedicado foi reeleito em Dezembro de 1989, revelando sentimentos, valores e ideais pelos quais desenvolveu um trabalho coletivo assente num projeto de sociedade justa fraterna e solidaria.

Eleito para a Assembleia Municipal de Almada em 1993 e em 1997 à qual deu todo o seu apoio e em que foi seu Primeiro Secretário e assim o Presidente substituto.

A última tarefa que Diamantino abraçou foi precisamente na Freguesia de Laranjeiro onde foi eleito para a Assembleia de Freguesia no mandato de 2001 a 2005.

Em boa hora a Junta de Freguesia de Laranjeiro lhe fez a devida homenagem para exaltar a vida, o comportamento os valores e os feitos.

Diamantino Silva, pelo seu exemplo ensinou-nos que podendo ser difícil vale a pena viver a vida com princípios, com ideais e por eles lutar, sempre com uma atitude convicta e de respeito com o outro, sempre com elegância e afirmação.

Exaltando e reconhecendo no Diamantino o Homem-Bom e Solidário, o Amigo, o Autarca Integro, o Cidadão Empenhado a Assembleia Municipal de Almada apresenta à sua família e amigos as mais sentidas condolências, juntando-se a todas as vozes que lamentam a sua perda.”

7.2.3 - O Voto de Pesar do Sr. Deputado Municipal Carlos Leal (CDU), Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Faleceu no passado dia 19 de Setembro Fernando Vieira da Rocha, cidadão indissociável da vida associativa e política do concelho de Almada, em particular da freguesia de Cacilhas.

Foi dirigente e militante ativo do Partido Comunista Português. Foi membro do executivo da Junta de Freguesia de Cacilhas em vários mandatos. Foi dirigente associativo do Beira-Mar Atlético Clube de Almada e da AIPICA (Associação das Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada), também em mandatos sucessivos. Foi sócio fundador da ARPIFC (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Cacilhas). Foi, ainda, representante dos trabalhadores da Siderurgia Nacional.

No exercício das suas funções Fernando Vieira da Rocha era convicto e determinado, pautando-se sempre pelos ideais da liberdade, solidariedade e justiça. A sua vida foi um exemplo de luta por um mundo melhor, de coerência, de dignidade e humanismo. Fernando Vieira da Rocha contava histórias da sua geração aos mais novos, aconselhando-os, ensinando-os. Muitos o recordarão como um homem de grande coração.

Assim e considerando o exposto e neste momento de luto e dor, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Reunião Plenária no dia 28 de setembro, manifesta pública e sentida homenagem à memória de Fernando Vieira da Rocha e apresenta o seu profundo pesar à sua esposa, filho, netos e demais família enlutada.”

7.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Armando Barata (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Faleceu no passado dia 10 de Agosto no Hospital Garcia de Orta, Rodrigo António Lavaredas Zagalo e Melo.

Nascido a 4 de Fevereiro de 1925, oriundo de uma família tradicional do Concelho de Almada, onde os seus pais haviam habitado na Sobreda.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Fez a escolaridade básica e tirou o Curso Comercial. Aos 18 anos é emancipado devido à morte do pai, assumindo a direção de uma pequena empresa de transportes da margem sul, com carreiras entre a Trafaria e a Praia do Sol.

Essa empresa vivia dificuldades terríveis, não só de carácter financeiro, mas também as derivadas de se viver um período em plena guerra mundial. Estava-se então em 1943.

Casou-se em 1946 e tem dois filhos.

Em 1943 deu início, com os irmãos, à que viria a ser a terceira empresa de transportes públicos do país, em dimensão, com atividade nos Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra.

Durante os anos sessenta, em conjunto com diversas transportadoras, fundou e desenvolveu uma empresa de transformação e carroçagem de autocarros.

Nos anos 70, funde a sua empresa com a empresa Piedense, dando origem à Transul que operou na área dos transportes públicos e do turismo. Esta empresa manteve 700 trabalhadores, 200 autocarros e instalações com mais de 10.000 m², assegurando o transporte de passageiros no Concelho de Almada e entre a margem sul e Lisboa.

Durante esse período a empresa desenvolveu parcerias no transporte de cimentos, área seguradora e carroçagem de autocarros, tendo vindo a ser nacionalizada em 1975.

Deu então início a uma nova atividade, como pequeno reparador automóvel e no comércio da marca Renault. Enquanto concessionário expandiu-se pelos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Montijo.

Foi membro do Rotary Club de Almada, membro fundador da Associação dos Concessionários Renault, tendo colaborado com várias Instituições de Solidariedade Social e com a Igreja.

Rodrigo Zagalo e Melo ficou conhecido como um homem de rigor, frontal e espírito humano para com os que o rodeavam.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Com o seu desaparecimento, o concelho de Almada perde um homem de palavra, carácter, forte sentido de família, discreto e recto.

Assim, nos termos regimentais, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 28 de Setembro de 2012, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Rodrigo António Lavaredas Zagalo e Melo, ciente do grande significado da perda deste homem empreendedor e dinâmico, munido de uma invulgar capacidade para construir projetos empresariais de sucesso e endereçar à família as suas mais sentidas condolências.”

7.2.5 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado.

7.2.5.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedi apenas a palavra para manifestar a minha tristeza, principalmente pelo falecimento do Fernando Rocha que apesar de não ser do meu Partido como toda a gente sabe, tive a honra de trabalhar com ele durante quatro anos no Executivo da Junta, tive oportunidade de aprender muito com ele, nem sempre concordando, sempre debatendo politicamente as questões, mas foi realmente um percurso enriquecedor para mim próprio. Ainda ontem eu dizia isto na Assembleia de Freguesia ao Sr. Leal que era o Presidente na altura e com quem também o Sr. Rocha trabalhou nesse Executivo, nós brincávamos muitas vezes com ele por causa da dureza dele e da forma convicta que ele tinha, dizíamos muitas vezes na brincadeira que o Rocha era um Autarca que não amocha, e ele ria-se e achava aquilo divertidíssimo. Mas sempre muito convicto, nunca abdicando dos seus princípios. E isso para mim, na altura era muito novo, foi realmente uma lição, porque poderia não concordar politicamente com ele, mas pessoalmente sempre tive uma relação excecional com ele. Eu já sabia que ele andava bastante mal, e foi com muita pena que soube do falecimento dele e em política às vezes a política separa-nos, mas a amizade e as pessoas unem-se pelos valores que têm em comum e pelos sentimentos que têm uns pelos outros e o Rocha realmente é uma perda para todos nós.”

7.3 - Verificado o quórum passou-se à votação dos documentos.

7.3.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Isabel da Conceição Santos, apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Feijó, José Manuel Pereira, foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Diamantino Parreira da Silva, apresentado pelo Sr. Vogal Representante da Junta de Freguesia do Laranjeiro, Luís Filipe Palma, foi aprovado por unanimidade.

7.3.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Vieira da Rocha, apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas, Carlos Leal, foi aprovado por unanimidade.

7.3.4 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Rodrigo Zagalo e Melo, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Armando Barata, foi aprovado por unanimidade.

7.3.5 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Luís Vicente (apresentando uma Moção/Deliberação sobre A Tragédia dos Incêndios - A Floresta Segura), João Geraldês (apresentando uma Moção/Saudação quanto ao desempenho dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento), Cristina Coelho (apresentando uma Moção/Saudação sobre o Centro de Arqueologia - 40 anos de atividade), Luísa Ramos (apresentando uma Moção/Deliberação Contra as portagens do IC32/CRIPS e uma Moção/Deliberação de que É urgente e imperioso resgatar o País das “Troikas”), José Gabriel (apresentando uma Moção/Deliberação sobre a Reforma do Mapa Judiciário), Ana Salvado (apresentando uma Moção/Deliberação Contra um Governo e as suas ilusões), Ana Margarida Lourenço (apresentando uma Moção/Deliberação sobre os Programas Cofinanciados por Fundos Comunitários em Almada), José Joaquim Leitão (apresentando uma Moção/Deliberação sobre o Programa Polis da Costa da Caparica), Vitor Castanheira (apresentando uma Moção/Deliberação sobre o Estudo da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal - Delegação de Almada), Sérgio Taipas (apresentando Moção/Deliberação sobre A Educação e a Abertura do Ano Lectivo), Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação Por uma nova política com um governo de esquerda),



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

António Pedro Maco (apresentando uma Proposta de Recomendação sobre a Videovigilância), Manuel Braga, Miguel Salvado, Fernando Pena, Sérgio Taipas, José Joaquim Leitão, Bruno Dias, António Neves, António Pedro Maco, e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal.

7.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Vicente (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação A Tragédia dos Incêndios - A Floresta Segura

Portugal viveu neste verão e uma vez mais o castigo dos incêndios.

Mais um ano que fica assinalado, infelizmente, pela tragédia em fogos florestais: milhares de hectares de área ardida, o luto de famílias por vidas perdidas, milhares de agricultores atingidos, aldeias devastadas pelas chamas, edifícios e património, culturas e animais destruídos, centenas de postos de trabalho liquidados.

A política nacional mantém-se na orientação irresponsável da aposta no combate aos incêndios e não na sua prevenção e assim anualmente se assiste ao calvário de chamas e cinzas, de perdas de vidas humanas, de bens, únicos bens de muitos portugueses, de destruição metódica e continuada do património natural português.

Uma verdadeira política nacional de ordenamento florestal continua por fazer, a diversificação do tipo de uso do solo e do tipo de florestação é importantíssimo para a resistência à proliferação dos fogos ao contrário das monoculturas de uma mesma espécie.

Assiste-se pelo contrário ao incentivo à plantação de eucaliptos para fornecimento das fábricas de papel e que com os pinheiros já constituem a maior parte das monoculturas no país, quando as espécies autóctones do território nacional, como é o caso dos castanheiros, das carvalhos, das azinheiras e dos sobreiros são resistentes ao fogo.

Temos em Portugal uma floresta maltratada, abandonada e desordenada, a que acresce a negligência e os fogos com origem criminosa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eis assim o quanto obrigam de trabalho e a missão ingrata, extremamente perigosa, sacrificada, empenhada das forças de segurança e dos agentes de proteção civil e em particular dos Bombeiros “que sabem que vão, mas não sabem se regressam”. E eis que entre eles, por essas terras, vilas e aldeias de Portugal, porque foram solicitados, estiveram presentes também e solidariamente os Bombeiros de corporações do Concelho de Almada.

É neste contexto adverso que importa considerar a defesa e proteção da floresta no Concelho de Almada - uma responsabilidade de todos - e reconhecer com apreço a “Operação Municipal Floresta Segura, Floresta Verde” e a ação empenhada dos agentes de proteção civil do Serviço Municipal de Proteção Civil, da Comissão Municipal, dos Bombeiros, das Forças de Segurança, do ICN e do trabalho cívico e solidário do voluntariado associativo.

O Concelho de Almada com os seus 71 km² de área, está cerca de 50% ocupado por áreas naturais e espaços verdes, com destaque para a excelência da Mata dos Medos que é parte da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, com uma área florestal de cerca de 25% do total da área do Concelho assumindo-se como um verdadeiro património natural.

A Arriba Fóssil da Costa da Caparica foi constituída em Paisagem Protegida em 1984, por determinação do Decreto-Lei nº 168/84, de 22 de Maio, em resultado de uma proposta da Câmara Municipal de Almada tendo por finalidade a preservação das características geomorfológicas e geológicas únicas em Portugal, as comunidades naturais ali existentes, bem como a beleza paisagística que a caracteriza. A Paisagem Protegida (PPAFCC) foi também incluída no inventário de sítios de especial interesse para a conservação da natureza (Programa Corine - Projeto Biótipos), assim como no sítio de Interesse Comunitário - “Arriba e Medos de Albufeira” da Rede Natural 2000 onde existem habitats com interesse de conservação ao nível do território europeu pela Diretiva Habitats nº 92/43/CEE.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A Mata dos Medos - Reserva Botânica - que ocupa cerca de 338 ha no topo da Arriba Fóssil é considerada como constituindo a área de maior interesse conservativo do Concelho, tendo sido classificado pelo Decreto nº 444/71, de 23 de outubro, por possuir grande interesse botânico e paisagístico, sendo de destacar os sabinais, pinhais de pinheiro manso e matos mediterrânicos, além da grande riqueza de espécies de flora e fauna que possui.

Eis pois a grande riqueza natural que importa defender e proteger, situação que determina que a Câmara Municipal através do Serviço Municipal de Proteção Civil com a Comissão Municipal implemente, durante o verão, um projeto pioneiro a nível nacional a denominada “Operação Floresta Segura, Floresta Verde”. É um verdadeiro programa de prevenção contra incêndios, que se tem revelado de grande utilidade, já que, e embora se tenha anualmente verificado um grande número de ignições (pequenos e iniciais fogos), a área florestal ardida tem sido praticamente nula, ao longo dos últimos anos.

O sucesso do programa iniciado em 2001, deve-se à conjugação de vontades e saberes e à intervenção planificada e concertada, entre a Câmara Municipal, as Corporações dos Bombeiros de Almada, Cacilhas e Trafaria, às Forças de Segurança em particular a GNR pelo território sob sua jurisdição, ao Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, bem como ao trabalho voluntário de várias organizações associativas, verdadeiros “patrulhas da floresta”, donde se destacam no passado e presente o Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação, os Clubes de Todo-o-Terreno designadamente o Land Mania, a Associação de Comando de Almada e Seixal e os Escuteiros do Corpo Nacional de Escutas - todos empenhados em garantir uma vigilância e meios de prevenção permanentes.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 28 de setembro de 2012 considerando que a defesa e proteção da Floresta existente no Concelho deve continuar a ser um desiderato municipal pois constitui um recurso natural absolutamente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

necessário à vida e também um recurso com grandes potencialidade atratividade para o desenvolvimento do Turismo de Natureza, delibera:

1 - Proclamar o seu reconhecimento e incentivo à Câmara Municipal de Almada e à Proteção Civil Municipal pelo sucesso da operação Municipal “Floresta Segura, Floresta Verde” na defesa e proteção do património natural do Concelho.

2 - Manifestar profunda gratidão aos Corpos dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria - os nossos soldados da paz e suas Associações - que não olham a sacrifícios para proteger a nossa terra e socorrer as suas gentes e que solidariamente estiveram também no “teatro de operações” em vários locais de Portugal reforçando outras corporações no combate aos fogos florestais.

3 - Patentear profunda solidariedade às populações afetadas pelos incêndios e aos seus eleitos locais, designadamente aos autarcas das freguesias pela sua ação e empenho junto das populações sofredoras de tão grande tragédia.

4 - Homenagear os Bombeiros de Portugal pela sua preciosa e insubstituível dedicação no socorro e proteção das comunidades locais por todo o país e manifestar solidariedade e pesar às famílias e corporações enlutadas pelos nefastos acontecimentos de perdas de vidas.”

7.4.2 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao desempenho dos Serviços Municipalizados de água e Saneamento

Um dos objectivos estratégicos da política do Município de Almada é a elevação dos índices de qualidade dos serviços prestados resultantes da intervenção e da gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

Esses objectivos têm vindo a ser alcançados tanto no que respeita ao domínio do abastecimento de água para consumo humano, como ao domínio do tratamento dos efluentes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

residuais resultantes desse consumo, são unanimemente reconhecidos e sublinhados dentro e fora das fronteiras do Município.

Estes índices de qualidade constituem a expressão concreta do êxito da política de gestão pública e municipal prosseguida e concretizada desde há décadas no nosso Concelho, uma opção coerente e determinada da gestão municipal no domínio da gestão desta área de preocupações e responsabilidades, essencial e determinante para a qualidade de vida, e para a própria Vida, de todos os cidadãos.

Esta política de gestão pública da água no nosso Concelho garante simultaneamente a aplicação de uma tabela tarifária que representa os custos mais baixos praticados ao consumidor no quadro da generalidade dos concelhos da área metropolitana de Lisboa e mesmo a nível nacional, e assegura a aplicação de critérios de gestão de natureza social, que se expressam na definição de um tarifário reduzido para famílias economicamente mais débeis, no escalonamento do consumo para famílias numerosas, e na definição de esquemas de pagamento fracionado dos consumos realizados sempre que se comprove a existência de dificuldades económicas do agregado familiar considerado.

Uma política que garante que nenhum cidadão ficará sem abastecimento da água de que necessita para sobreviver por razões sociais ou económicas.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada têm vindo, simultaneamente, a concretizar um ambicioso plano de investimentos em soluções tecnológicas inovadoras, quer ao nível dos equipamentos e recursos materiais quer ao nível da própria gestão, que vêm conhecendo um extraordinário impacto positivo relativamente à qualidade global dos serviços prestados às populações.

São exemplos concretos deste intenso investimento a introdução da telegestão no sistema de abastecimento de água aos domicílios e às empresas, a produção de energia eléctrica e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

térmica por cogeração do biogás resultante da atividade das Estações de Tratamento de Águas Residuais, a reutilização de águas residuais tratadas para fins industriais, designadamente lavagens de viaturas, como acontece já com os autocarros dos TST, e a introdução do uso de sistemas robotizados de inspeção de colectores e à gestão de materiais e equipamentos.

Os exemplos que se referem traduzem-se em saltos qualitativos de grande significado ao nível da gestão dos Serviços Municipalizados, assegurando a desmaterialização de processos, a melhoria da qualidade e das condições de trabalho, e a melhoria da prestação de serviços.

Os Serviços Municipalizados de Almada encontram-se igualmente na vanguarda da implementação em Portugal de um Plano de Segurança da Água pioneiro, no qual participa por adesão a um convite nesse sentido dirigido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e integrando um grupo de Entidades Gestoras do Sistema de Abastecimento que se encontram a desenvolver este processo.

Este projeto assenta numa lógica global relativamente à definição e controlo dos perímetros de proteção das origens da água, passando por uma análise sistemática de todos os pontos críticos ao longo do percurso feito pela água desde a sua origem até chegar ao consumidor final, constituindo assim uma ruptura com o paradigma tradicional do controlo da qualidade da água que assenta no princípio do controlo no fim da linha (torneira do consumidor final).

Sublinhamos igualmente que os SMAS de Almada controlam regularmente, há mais de duas décadas, todas as captações, todas as centrais primárias, todos os reservatórios, todas as condutas e todos os ramais de abastecimento, assegurando muito antes das exigências legais, uma gestão de segurança do conjunto do processo de distribuição de água para consumo humano no nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A obtenção em 2011, pelo segundo ano consecutivo, do 2º lugar relativo à melhor empresa do país na sua área específica de atividade, e do 4º lugar relativamente ao conjunto das entidades estudadas, de acordo com o relatório da ECSI Portugal - Índice Nacional de Satisfação do Cliente, estudo no qual os clientes salientam a “Confiança” global nos SMAS, o seu desempenho e honestidade na prestação do serviço, constitui natural corolário da política de gestão pública inteiramente voltada para a satisfação das necessidades objetivas dos cidadãos e dos consumidores, facto que nos suscita, e merece em si mesmo, a nossa manifestação de apreço e satisfação.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28 de setembro e 1 de outubro de 2012, delibera:

1. Expressar um voto de congratulação pela eficácia e eficiência da gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Almada, contributo substantivo e de extraordinário significado e importância para a qualidade de vida das populações do Concelho.
2. Reafirmar a defesa de uma gestão pública e municipal de todo o ciclo da água para consumo humano, única capaz de assegurar o acesso universal em condições de equidade e solidariedade social a este bem essencial à vida que é a água, os mais elevados padrões de qualidade e de rentabilidade dos recursos aplicados, e os mais baixos custos finais praticados ao consumidor.
3. Saudar, neste quadro, a celebração do Dia Nacional da Água que se celebra a 1 de outubro, associando-se às iniciativas promovidas pelos Serviços Municipalizados de Almada neste âmbito.”

7.4.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção/Saudação Centro de Arqueologia - 40 anos de atividade

A Arqueologia é uma área do conhecimento absolutamente fundamental: o estudo dos habitantes e de um território no passado, o saber relacionado com a nossa variedade geográfica, climática, de fauna e flora e a sua interação e influência com as sociedades que aqui viveram e ainda vivem, valorizam e solidificam os processos de construção da cultura e de identidade dos povos.

Apesar de ser uma ciência que estuda as culturas e os modos de vida do passado, estando intrinsecamente ligada à disciplina de História, a Arqueologia, tal como é exercida atualmente, desenvolveu-se com os avanços consideráveis da Geologia e da Biologia. O modelo geológico da estratigrafia uniforme, que deu aos arqueólogos uma escala temporal confiável para a datação de itens, e a Teoria de Evolução plasmada n" A Origem das Espécies", de Charles Darwin, revolucionaram a forma como olhamos e interpretamos o nosso presente e o nosso passado.

De facto, a Arqueologia é atualmente uma ciência exata. Os arqueólogos usam ferramentas como a datação por Carbono 14 e a prospecção geofísica. A sua base científica é intensamente metódica e técnica. Algo que contrasta fortemente com a imagem popularizada pelo arqueólogo mais famoso da história do cinema: Indiana Jones, personagem que ainda hoje faz parte do imaginário fantasioso do exercício desta profissão.

Os arqueólogos, diversos colaboradores, e sócios do Centro de Arqueologia de Almada, associação que congrega pessoas interessadas em Arqueologia, Património e História Regional, são profissionais cientificamente reputados e estimados pelos seus pares, que desenvolvem em complemento à sua atividade científica, um forte papel de divulgação e de educação patrimonial, contribuindo para formar uma população atenta e responsável, promover



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a integração social e valorizar o Património, prevenindo a salvaguarda dos bens que constituem a nossa herança comum.

O Centro de Arqueologia de Almada comemora, em 2012, 40 anos de atividade. Foi fundado em 1 de Novembro de 1972 enquanto associação para a valorização do Património direcionada para o apoio ao estudo da arqueologia e paleontologia. No entanto, ao longo da sua história, o CAA foi alargando a sua área de intervenção ao Património num sentido mais lato, abrangendo o património construído, o imaterial e natural. Desenvolveu-se uma perspetiva de abordagem ao nível da Paisagem Cultural, tendo como principal objetivo a defesa do Património entendido enquanto Herança Comum.

Atualmente o CAA possui na sua sede, na Cova da Piedade, um Centro de Documentação, disponibilizando para consulta pública uma Biblioteca especializada em Arqueologia, Património e História Regional, com mais de 8000 publicações, e um Arquivo fotográfico (analógico e digital) com cerca de 13 000 imagens inventariadas. O CAA publica regularmente a Revista *Almadan*, de referência científica nacional e internacional nas áreas da Arqueologia e Património, tem vários projetos científicos em curso e desenvolve um trabalho notável, em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho de Almada, de divulgação e sensibilização para as questões da arqueologia, património e educação ambiental.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 28 de Setembro delibera:

1. Saudar os 40 anos de atividade do Centro de Arqueologia de Almada;
2. Endereçar aos órgãos sociais, colaboradores e sócios do CAA votos de profundo agradecimento pelo trabalho desenvolvido em prol da salvaguarda do Património do Concelho de Almada e da Região de Setúbal, bem como de reconhecimento do seu papel pedagógico e de divulgação da cultura científica junto das populações de Almada.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.4.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.4.4.1 - Moção/Deliberação Contra as portagens no IC 32/CRIPS

A introdução de portagens no IC32, CRIPS, é mais uma penalização ao direito à mobilidade das populações, das empresas, designadamente, das micro, pequenas e médias da nossa região.

A construção do IC 32 resultou da reivindicação, sistemática e persistente, do Poder Local, das populações e empresas da região de Setúbal.

Esta via estruturante, incluída na rede viária nacional, contribuiria, também, para diminuir o intenso tráfego no interior da Charneca de Caparica, melhorando a qualidade ambiental e a qualidade de vida das populações locais.

Todavia, e sem anúncio prévio ou pedido de parecer às autarquias locais, ignorando todas as tomadas de posição do Município de Almada, desde logo a Moção/Deliberação, aprovada em 29 de Junho de 2010, por esta Assembleia, o governo impôs o pagamento de portagens, num claro assalto aos bolsos dos utentes desta infraestrutura estruturante, agravando os custos com a mobilidade, a intensidade do tráfego rodoviário local, aumentando os riscos ambientais e de segurança das populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária de 28 de Setembro de 2012 decide:

- a) Reafirmar a sua discordância com a introdução de portagens, reclamando do governo a imediata revogação do pagamento de portagens no IC32/ CRIPS, e as devidas explicações quanto à identificação no terreno do traçado do IC 32 como A33.
- b) Solidarizar-se com as lutas das populações contra o pagamento de portagens.

7.4.4.2 - Moção/Deliberação É urgente e imperioso resgatar o País das “Troikas”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois de um ano da aplicação do pacto de agressão e das políticas do governo, vivemos a maior crise social, económica e política desde os tempos do regime fascista.

Os objectivos enunciados pelo governo para a resolução dos problemas do país, através duma austeridade imposta à generalidade do povo, e sem precedentes, não só não foram atingidos, como mergulhou o país numa profunda recessão económica.

O desemprego já atinge mais de um milhão de trabalhadores, destes cerca de 60% não tem subsídio de desemprego, intensificam-se os cortes nas áreas sociais, nos serviços públicos, designadamente, no SNS e Educação, procede-se ao roubo dos salários e subsídios dos trabalhadores, agrava-se a exploração através, nomeadamente, das graves alterações à legislação laboral, confisca-se subsídios aos reformados e pensionistas, degrada-se o poder de compra dos salários e pensões e contudo, a dívida não só não se reduziu, como a chamada ajuda financeira da troica não é mais do que um gigantesco negócio usurário, que fez disparar a dívida portuguesa em 6600 milhões de euros. Por consequência a recessão económica aprofunda-se, a dependência externa do país agrava-se, a dívida aumenta.

Perante esta realidade o governo anuncia mais austeridade, mais agravamento de impostos sobre os rendimentos do trabalho, mais e mais cortes nas áreas sociais, continuação do esbulho dos salários e pensões, mais crise, acelerando o rumo de declínio e retrocesso do país.

A retirada, para já, da intenção de aumentar em 7% as contribuições dos trabalhadores na TSU e a descida para as entidades patronais, não altera, nem minimiza, as malfeitorias para a generalidade do povo e do país das medidas anunciadas para o Orçamento de Estado de 2013.

Insistir na aplicação das medidas impostas pelas toikas é penalizar ainda mais quem vive e trabalha no concelho de Almada, é potenciar o aumento da pobreza e da exclusão social.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A contração do consumo provocará mais falências de micro, pequenas e médias empresas, com destaque para o sector do comércio, e assim mais desemprego.

Por todo o país, em inúmeras empresas e diversos sectores os trabalhadores enfrentam com coragem esta ofensiva, as impressionantes manifestações já ocorridas e as que se seguirão, com destaque para as já marcadas pela CGTP-IN, como a de amanhã, dia 29, no Terreiro do Paço, dia 1 de Outubro nos locais de trabalho e a marcha contra o desemprego de 5 a 13 de Outubro, com passagem por Almada nos dias 12 e 13, confirmam que os portugueses atingidos nos seus direitos estão a engrossar as fileiras da luta contra o pacto de agressão e o governo que o executa.

A Assembleia Municipal de Almada não pode ficar indiferente perante o agravamento das condições de vida das populações, o previsível aumento do desemprego, a preocupante situação da generalidade das micro, pequenas e médias empresas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na reunião ordinária no dia 28 de Setembro de 2012 decide:

- a) manifestar solidariedade com todos os que sofrem as consequências das políticas do governo;
- b) rejeitar a política que empobrece os portugueses e mergulha Portugal na dependência estrangeira e usura do capital;
- c) reclamar a absoluta necessidade de defender e regressar aos valores e ideais de Abril;
- d) apelar à populações do concelho de Almada para participarem ativamente nas lutas que exigem rupturas das políticas seguidas, pela rejeição do Pacto de Agressão, pela construção de uma alternativa política com vista a uma política alternativa, para um país mais justo, desenvolvido e soberano.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e) apelar à participação na marcha contra o desemprego que nos dias 12 e 13 de Outubro passará em Almada a caminho de Lisboa.”

7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal José Gabriel (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Reforma do Mapa Judiciário

A dita reforma do mapa judiciário não destoa no processo de empobrecimento dos direitos económicos e de cidadania em curso. Com a entrega da soberania à Troika, o Governo português decidiu também abandonar a soberania nas vilas e cidades portuguesas, através da extinção de centenas de tribunais.

Mas a fúria centralizadora e demolidora de serviços públicos judiciários generaliza-se pelo encerramento de tribunais com menos de 250 processos entrados por ano ou que funcionem em edifícios arrendados, que o governo apelida indistintamente de “consumidores de recursos”. Em Almada, nenhum dos dois juízos do trabalho, nenhum dos três juízos criminais, nenhum dos quatro juízos cíveis ou nenhuma das duas unidades orgânicas da jurisdição administrativa e fiscal inicia menos de 250 processos por ano.

Nenhum deles funciona em edifício que onere o Ministério da Justiça em qualquer cêntimo. Uns funcionam no novo palácio da justiça, outros no antigo palácio de justiça, no Largo Gabriel Pedro, respectivamente em terreno municipal e em edifício municipal, ambos gratuitamente cedidos.

Assim se vê que a projetada reforma não obedece a qualquer estudo rigoroso, pois não há justificação em qualquer uma das difundidas premissas da proposta do Governo que permita compreender a sua razão de ser. Neste caso, nem através do recurso a “régua e esquadro”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O contributo que os cidadãos de Almada deram para a realização da justiça, através do seu Município, reforça a exigência ao atual Governo para que não limite o seu direito ao acesso a ela.

Implementando-se a presente proposta de reforma, o concelho de Almada ficará reduzido aos julgamentos criminais da competência de tribunal singular e aos processos cíveis de valor até 50.000,00€.

Os julgamentos de crimes da competência de tribunal colectivo, de ações cíveis de valor superior a 50.000,00€, da competência especializada do trabalho, administrativa e fiscal serão julgados em Lisboa, a mais de - na melhor das hipóteses - meia hora de distância para qualquer cidadão almadense, com evidentes transtornos para estes e para a própria eficácia e eficiência da realização da justiça. Os atrasos nas diligências judiciais, a resistência na colaboração de testemunhas e a recusa na realização de inspeções judiciais serão o melhor exemplo disso.

Além dos prejuízos diretos para os que recorrem à justiça, a extinção destes tribunais é um acontecimento desprestigiante para a Almada e para todos os almadenses.

Os mais antigos documentos escritos permitem-nos saber que Almada é sede de comarca, pelo menos, desde a primeira metade do séc. XVIII e ainda 1962 era sede de um círculo judicial que abrangia Alcácer do Sal e Santiago do Cacém.

É pois (ainda) tempo dos almadenses juntarem esforços para que se impeça este desígnio governamental que lhes é prejudicial e que não tem justificação plausível.

Importa também referir a deliberação sobre esta matéria aprovada pela Câmara Municipal de Almada, na sua reunião de 25/7/2012, rejeitando a pretensão do Governo, “por considerar imprescindível, para a defesa do Estado de Direito Democrático e para garantia do respeito



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pelos princípios constitucionais em vigor, que aos cidadãos seja garantido o acesso aos Tribunais, em condições de igualdade, independentemente do local da sua residência.”

Por conseguinte, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2012, delibera:

1. Repudiar as incidências do projeto da reforma do mapa judiciário, nomeadamente em Almada, pela perda de tribunais, cujos juízos ou unidades orgânicas iniciam anualmente sempre mais de 250 processos e todos funcionam em edifícios da propriedade do Estado;
2. Apelar ao Governo, em concreto ao Ministério da Justiça e à Senhora Ministra, que seja revisto o projeto de mapa judiciário, prevendo-se para a área do concelho de Almada a existência de uma secção do Tribunal de Trabalho, instâncias cíveis e criminais com competência equivalente à atual, bem como a manutenção da jurisdição administrativa e fiscal, todos com o mesmo quadro de pessoal e de magistrados;
3. Apoiar todos os operadores judiciários, suas organizações e associações representativas e os cidadãos em geral, em todos os esforços que fizeram e farão na defesa da manutenção da atual instalação dos órgãos jurisdicionais em Almada.”

7.4.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/deliberação Contra um Governo e as suas ilusões

Há alguns meses, em declarações à comunicação social, o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho expressou admiração pela capacidade de resistência e paciência do povo português. E também afirmou que estávamos “próximos de encontrar o caminho do crescimento”. No discurso da rentrée depois do Verão, num parque aquático, chegou a anunciar 2013 como o ano da retoma!



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Seria bom se fosse verdade. Mas não passaram de ilusões, e com esse estado de espírito como pano de fundo, vejamos o país que temos hoje:

O desemprego cresce acima do previsto e bate níveis históricos.

O consumo, o investimento e a confiança batem recordes negativos.

A balança externa tem saldo positivo apenas porque as importações colapsaram, em linha com a perda de poder de compra das pessoas.

A carga fiscal - que era ponto de honra dos partidos da coligação não aumentar! - não só aumentou de forma significativa como foi agravada ao ponto de gerar o efeito perverso de fazer diminuir a receita fiscal.

Os serviços públicos degradam-se ao mesmo tempo que as pessoas pagam mais para poder ter acesso a eles.

No IVA, no IRS, no IMI, nas taxas moderadoras da saúde, nos transportes, em novas taxas (como a da segurança alimentar), difícil é encontrar um imposto ou serviço público que não tenha sido aumentado.

E as únicas "gorduras" do Estado que "emagreceram" foram os salários dos funcionários públicos e a proteção social... Esta, aliás, deteriora-se como nunca antes, deixando cada vez mais pessoas a descoberto, e mesmo assim a despesa social cresce, em linha com o desemprego, a pobreza e as dificuldades das famílias.

Tudo isto em nome de um défice que em vez de crescer aumenta, e que está muito acima do previsto.

Todas as metas, em todas as frentes, falharam.

Mais foi também num clima de ilusão que o Primeiro-Ministro, sem ouvir os Parceiros Sociais nem o principal Partido da Oposição, anunciou que iria desrespeitar o tribunal constitucional. Ia continuar a retirar 2 subsídios aos reformados e pensionistas, 2 subsídios aos funcionários



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

públicos, um diretamente, outro via aumento de contribuições sociais...e ainda um subsídio aos funcionários do sector privado.

Mas anunciou mais! Além de uma mudança nos escalões do IRS assumidamente para gerar mais receita fiscal, anunciou uma redução da taxa social única (TSU) paga pelas empresas, a ser, imagine-se, financiada pelos trabalhadores. Anunciou assim uma medida de uma violência social sem precedentes, que desvaloriza ainda mais o trabalho em favor do capital, num dos países com mais desigualdades e com os mais baixos salários da Europa. Anunciou uma medida que tinha rejeitado no ano anterior por não estar provado que teria qualquer efeito na realidade. E anunciou uma medida destas sem sequer consultar os parceiros sociais que há ainda poucos meses lhe tinham dado o benefício e a confiança de um acordo de concertação.

Mas há outra ilusão, tão ou mais perigosa. Porque o Governo foi vencido mas não está convencido.

É que o caminho em que estamos e o caminho do crescimento correm em linhas paralelas, que não se tocam. E não é por falta de críticas e de avisos contra este caminho. O Governo olha para o compromisso coma “Troika” como uma oportunidade para pôr em prática medidas que de qualquer maneira gostaria de tomar. Daí a estratégia peregrina de “ir além da troika”, em que mais sacrifícios e medidas restritivas se transformariam, como que por milagre, em mais competitividade e crescimento. Mas entre a ilusão e a realidade, e entre estes caminhos muito diferentes, há um mar de diferenças.

Há 852 mil desempregados. Desses, 160 mil são jovens e 460 mil não têm acesso a qualquer subsídio.

Há um sector empresarial em agonia com 4.300 empresas falidas, um setor da construção civil que perde 90 postos de trabalho por hora, milhares de empresas com problemas de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

liquidez e financiamento. Há uma economia que decresce 3% ou mais. E pelo menos mais 1% no próximo ano, o tal que (imagine-se!) era para ser de retoma.

Há um país cheio de dramas sociais e pessoais, com mais de 6.000 famílias insolventes, 2 300 que entregaram casas nos três primeiros meses deste ano, e mais de 21 mil novos pedidos ao Rendimento Social de Inserção.

Há também o maior corte de sempre na educação pública, com milhares de professores no desemprego, turmas sobrelotadas, alunos sem direito ao passe 4_18 e sub_23, 11.000 jovens sem bolsa no ensino superior. Há 100.000 portugueses, muitos deles altamente qualificados, que deixam anualmente o país em busca de uma vida melhor, incentivados pelo próprio Governo que devia criar condições para que ficassem.

Há um Serviço Nacional de Saúde que cada vez serve menos os portugueses, com uma diminuição de 476.000 consultas nos cuidados primários, um número mínimo record de transplantes, medicamentos essenciais a doentes crónicos que desaparecem das farmácias e um aumento brutal das taxas moderadoras.

Há um Poder Local Democrático em estado de asfixia, com os sucessivos cortes de transferências do Orçamento de Estado, com a Lei de cabimentos e compromissos, que paralisa as Câmaras Municipais, com a retenção ilegal de 5% do IMI, com os cortes nas candidaturas do QREN, com as dívidas do Ministério da Educação às Câmaras. Tudo isto para depois, pasme-se, fingir que se compensa com um “pacote de crédito” que impõe como condição a perda da autonomia consagrada na constituição.

Há um Ministro da Economia que de pouco mais fala do que de “frangos assados” e “pastéis de nata”. Um Ministro das Finanças que nos manda emigrar. Um Ministro dos Negócios Estrangeiros, responsável por metade da coligação, que anda quase sempre em viagem e foge a comentar ou a responsabilizar-se por este estado de coisas. E há um primeiro-ministro



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em negação da realidade, que chama “piegas” aos Portugueses e afirma que o drama do desemprego é uma excelente “oportunidade para mudar de vida”.

Como se vê, há ilusões perigosas. Muito perigosas. Para todos os portugueses.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de Setembro decide:

1) Manifestar a sua solidariedade com a unanimidade rara, com que todos os sectores da sociedade se indignaram, e com toda a razão. Da esquerda à direita, mesmo dentro dos Partidos da Coligação, mesmo os patrões que supostamente beneficiariam com a descida da TSU, os sindicatos, e desde os mais notáveis comentadores políticos ao cidadão comum, uma onda de contestação varreu e acordou a sociedade portuguesa. A gigantesca mobilização de portugueses a 15 de Setembro mostrou um País que saiu à rua em 40 cidades para dizer “Basta!”, na maior manifestação desde 1974.

2) Reconhecer que foi este consenso e esta mobilização de todos os sectores da sociedade portuguesa, e só eles, que obrigaram o Primeiro-ministro a recuar. Primeiro, a admitir “modular” a medida. Mais tarde a querer negociá-la com os parceiros sociais. E, depois, a deixá-la cair, com o estrondo que um erro desta gravidade não podia deixar de gerar.

3) Manifestar o seu repúdio por esta maioria PSD/CDS que negociou sucessivas alterações do acordo estabelecido com a “troika” sem consultar ninguém. Que escolheu ir muito mais longe do que até a troika pedia. Que avançou para dossiers complexos como o das privatizações sem qualquer consulta. Que quis fazer a reforma do poder local sozinha, sem consensos. Que anuncia medidas como a TSU sem consultar ninguém. Que escolheu alinhar na Europa com a Sra. Merkel e com as posições que são piores para Portugal, em vez de se pôr do lado dos que defendem uma Europa mais forte, mais solidária, mais virada para o crescimento, para o emprego e para a economia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4) Enviar esta moção aos órgãos de soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Governo;

5) Proceder à divulgação desta moção através dos meios ao serviço desta Assembleia Municipal.”

7.4.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Programa Cofinanciados por Fundos Comunitários em Almada

O Município de Almada tem reivindicado uma elevada taxa de aproveitamento de fundos comunitários, no quadro de diversos quadros comunitários de apoio, designadamente pela capacidade de apresentação de candidaturas próprias do Município, bem como de outras candidaturas que contam com o apoio e participação do município.

Através de fundos comunitários, não apenas o Município, mas diversas instituições - com a garantia da comparticipação nacional assegurada pelo Município de Almada - têm beneficiado de desenvolvimento de projetos importantes para as populações do Concelho.

Entende-se que seria importante, no âmbito da atividade de fiscalização que lhe é conferida por Lei, que a Assembleia Municipal tenha um conhecimento mais detalhado dos programas em curso e que são cofinanciados pelo QREN, bem como do seu grau de execução.

Assim, ao abrigo dos artigos 90.º e 91.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, delibera-se:

1. A *1ª Comissão da Assembleia Municipal - Comissão Especializada Permanente de Administração, Finanças e Acessibilidades* deverá iniciar um processo de acompanhamento de execução dos programas que se encontrem em curso no Município de Almada, em que este seja o beneficiário/ promotor, ou em relação ao qual o Município de Almada tenha assegurado a transferência financeira para assegurar a comparticipação nacional.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. A Comissão deve apresentar ao plenário da Assembleia Municipal uma informação com o ponto de situação de cada um dos programas acima referidos.”

7.4.8 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Proposta de Deliberação Programa Polis da Costa da Caparica

Nascido em 2001, durante o XIV governo constitucional do Partido Socialista, resultante de uma convergência a muitos títulos exemplar entre o poder central e o poder local, o Programa Polis da Costa de Caparica veio concretizar uma velha aspiração de desenvolvimento para a Costa de Caparica, aspiração partilhada empenhadamente pela generalidade dos almadenses. Acreditou-se então que o abandono e o desleixo, a que a Costa de Caparica tinha estado votada ao longo de décadas, iriam conhecer um fim e que as potencialidades naturais e paisagísticas ímpares da costa atlântica do concelho de Almada poderiam vir a ser fruídas com qualidade, pelos seus habitantes e por todos os que as procuram, constituindo-se assim como polo de animação turística e de desenvolvimento económico.

Os ministros do XV governo constitucional, liderado por Durão Barroso, Isaltino Morais e Amílcar Teias, por ação e por omissão, causaram a primeira grande brecha no projeto, ao inviabilizarem a utilização das verbas comunitárias do fecho do QCA III para financiamento do Polis da Costa de Caparica.

Esta situação veio a ser parcialmente ultrapassada em 2005, mas o arrastar dos trabalhos conduzidos pela Sociedade Costa Polis, assim como a derrapagem dos prazos, condicionaram a execução do Projeto, que a partir de 2008 passou a ser negativamente condicionado pela crise económica que afetou o mundo, a Europa e o país.

No entanto, até 2011, o Governo manteve o propósito de concluir a intervenção, ainda que a conjuntura obrigasse a adoção de medidas de reprogramação física e financeira.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No terreno foram-se acumulando atrasos e erros, inexplicados e inexplicáveis, a que há que pôr cobro no imediato.

O Parque Urbano, depois de intervencionado, ficou ao abandono, numa situação chocante de desmazelo e esbanjamento de recursos públicos.

O piso do paredão junto às praias urbanas seguiu idêntica sorte. Abandono, desperdício de recursos, incómodo e até perigo para os transeuntes.

O Transpraia, elemento fundamental da imagem e da tradição da Costa, foi relegado para uma localização incompatível com os atrasos na concretização global do projeto.

Com o atual governo PSD/CDS a indefinição abateu-se sobre o Polis e, de acordo com documentação ultimamente divulgada, proveniente do Ministério do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Governo prepara-se para dar por finda a Sociedade CostaPolis e abandonar a Costa da Caparica à sua sorte.

No contexto atual, a defesa do interesse público municipal é incompatível com a aceitação do fim do mandato da Sociedade CostaPolis, que deve ser mantida até à conclusão do Plano Estratégico do Polis da Costa de Caparica.

De igual modo, é imperativo que a Câmara Municipal assuma integralmente as suas obrigações de entidade responsável pela gestão do território municipal, assegure uma adequada manutenção das áreas intervencionadas e promova as soluções que se impõem.

Projetos e planos não devem ser vistos de forma rígida e dogmática. Perante as dificuldades financeiras e o incumprimento dos calendários há que encontrar novas soluções que, sem comprometer a concretização global do projeto Polis, encontrem as formas de salvaguardar no imediato o interesse coletivo, em situações como as dos parques de campismo, que não podem permanecer sobre a duna primária e sem condições mínimas de segurança, ou do Transpraia, que tem que ser realocado de forma a ser viabilizado e valorizado.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim, Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de setembro de 2012 na Sociedade Recreativa União Pragalense, na Freguesia do Pragal, delibera:

1. Manifestar o seu repúdio relativamente à intenção do governo de abandonar o projeto Polis da Costa de Caparica e extinguir a Sociedade CostaPolis em 2013;
2. Exigir o prolongamento e reprogramação da Sociedade CostaPolis para um horizonte temporal compatível com a concretização global de requalificação urbana e ambiental da Costa de Caparica;
3. Solicitar à Câmara Municipal que assuma as suas obrigações e competências no que respeita à gestão do território municipal, garantindo uma adequada manutenção e utilização dos espaços intervencionados;
4. Propor à Câmara Municipal que, no exercício das competências próprias e como entidade que integra o Conselho de Administração da Sociedade CostaPolis, assegure a adoção de soluções que respondam aos atrasos e constrangimentos com que nos defrontamos e assumam uma perspetiva dinâmica na gestão dos espaços abrangidos pelo Programa.”

7.4.9 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/deliberação Estudo da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal - Delegação de Almada

A Delegação de Almada da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, depois de apresentar publicamente, em 26 de junho de 2012, o “Relatório de Avaliação dos Questionários Perímetro Almada Centro”, apresentou esse mesmo estudo no período de intervenção ao público da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A iniciativa da Delegação de Almada da ACSDS merece o apreço dos eleitos, bem como uma análise aprofundada, pelo que se considera que a mesma deve ser objeto de apreciação por uma das comissões permanentes especializadas da Assembleia Municipal.

Assim, ao abrigo dos artigos 90.º e 91.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, delibera-se:

1. A *3ª Comissão da Assembleia Municipal* - Comissão Especializada Permanente de Ambiente e Desenvolvimento Económico deverá promover uma discussão do estudo designado "*Relatório de Avaliação dos Questionários Perímetro Almada Centro*", promovido pela Delegação de Almada da ACSDS.
2. A Comissão deve apresentar ao plenário da Assembleia Municipal, para apreciação, uma informação com as conclusões que sobre o estudo acima referido venha a tomar, com base na sua análise, bem como na audição das entidades que entenda conveniente."

7.4.10 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação A Educação e a Abertura do Ano Lectivo

No contexto da crise generalizada e muito grave que o país atravessa, estamos perante a abertura do ano lectivo mais preocupante desde o 25 de Abril.

De facto, a única orientação estratégica da atual política educativa consiste em cortar milhões na educação, destruir a escola pública e acentuar a discriminação. Sendo a educação, não apenas um direito universal dos cidadãos, mas também um sector estratégico fundamental de desenvolvimento, a ação governativa constitui um poderoso factor de agravamento de uma política de classe que discrimina os estudantes economicamente mais desfavorecidos. Replica e amplia na escola as profundas desigualdades sociais, num contexto socioeconómico que exige precisamente o contrário, e compromete o futuro do país.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A obsessão governamental de desinvestimento do Estado na educação e no sistema público de ensino, apenas preocupada em roubar os milhões previstos nos negócios entre as troikas, determina significativamente uma política errática de navegação à vista, no estilo corta aqui e logo se vê. Esta ação é causadora de exclusão crescente e de profunda instabilidade no funcionamento das escolas, vai inequivocamente destruindo o sistema educativo e ferindo a fundo a escola pública e democrática, retrocedendo a níveis impensáveis no pós-Abril.

A demagogia e a propaganda oficiais, a mentira e a invenção de factos para justificar o injustificável não escondem o caos, a inconsistência, a falta de rigor e de vergonha que mergulham as escolas e a educação em inaceitável clima de instabilidade cada vez mais preocupante e comprometedor das expectativas quanto ao futuro. Não se trata de limpar gorduras ou conter despesas excessivas, muito menos de racionalizar o sistema, mas de cortar no que é essencial.

Para a progressiva deterioração global do sistema educativo convergem múltiplos factores.

Acentuada discriminação e exclusão de estudantes por razões económicas, com cortes generalizados na ação social escolar; custos inportáveis de manuais e materiais escolares, nomeadamente no ensino obrigatório, porque ao interesse público de sobrepõe o negócio e o lucro; ataque sem precedentes ao direito à mobilidade dos jovens e condicionamento ao acesso à educação (obrigatória) com a retirada dos passes desde 1 de Setembro; limitação de acesso às bolsas de estudo, com um corte de 15 600 este ano lectivo (26 mil nos últimos dois anos).

Encerramento de escolas, criação de mega-agrupamentos, aumento do número de alunos por turma, alterações curriculares desastrosas e a oito. Fortes limitações aos apoios a alunos com maiores dificuldades. Imposição de via profissional precoce a 50% dos jovens, com opções a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

partir do 6º ano que, o que constitui falsa resposta às necessidades reais de melhor formação profissional e retoma profundas discriminações de classe.

Política criminosa de recursos humanos, com o maior despedimento colectivo de professores de que há memória, num processo surreal de liquidação em cima do joelho sem ter em conta sequer a noção das necessidades do sistema ou do impacte social da medida. Agravamento da falta generalizada de auxiliares de educação, com graves consequências no funcionamento e organização escolares. Destruição de meios de apoio, com despedimento de psicólogos e outros técnicos de educação. Em todos os casos, trata-se de medidas impostas pela opção de despedir massivamente trabalhadores, obviamente necessários nas escolas, cuja missão fica significativamente debilitada.

Ao mesmo tempo que retira às escolas os meios de prevenção e combate ao abandono, insucesso, indisciplina e violência, é imposto um estatuto de aluno de controlo social e punição do ato individual, ferindo direitos e liberdades dos estudantes, numa ação compaginável com o que tem vindo a ser o ataque permanente à gestão democrática das escolas e ao envolvimento das comunidades educativas.

Neste quadro de dificuldades, que incluem dívidas do Ministério da Educação à Câmara, o município de Almada, prossegue os bons níveis de resposta, nomeadamente na qualificação do parque escolar, atividades de enriquecimento curricular, complementos de apoio que garantam prolongamento do tempo escolar, apoio alimentar, funcionamento dos refeitórios. Trata-se de uma intervenção que exige investimentos avultados e que se encontra cada vez mais ameaçada pelos ataques ao poder local democrático e pelos reflexos diretos e indiretos da política educativa governamental.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Setembro de 2012



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. Reafirma a importância decisiva da educação e exige que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adopção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País.
2. Considera que, no momento de crise profunda em que vivemos, que agrava as dificuldades e acentua vertiginosamente a desigualdade social, impondo a muitos portugueses situações de pobreza e de exclusão, na educação, tal como nas áreas sociais e na saúde, são absolutamente exigíveis medidas adicionais de investimento e de discriminação positiva.
3. Considera que deverão ser rapidamente contidas e invertidas as medidas mais gravosas, de modo a recuperar e garantir o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa.
4. Afirma a sua disponibilidade de acompanhar estes problemas e neles intervir de modo a contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.”

7.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por uma nova política com um governo de esquerda

As manifestações realizadas por todo o país no passado dia 15 de Setembro e no dia 21 em frente ao Palácio de Belém demonstraram, de forma inequívoca, que o povo não se resigna à austeridade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Um milhão de portugueses saiu à rua não só para recusar as alterações à TSU, mas para apontar a porta da rua ao Governo do PSD/CDS e à troika.

A austeridade é um beco sem saída

O descalabro das receitas do Estado, mesmo com aumentos de impostos, anuncia o descontrolo do défice. A dívida aumenta e a sociedade portuguesa afunda-se na recessão e no desemprego.

Dos PEC ao memorando da troika, a política económica assenta na redução dos salários, pensões, apoios sociais e em gravíssimos retrocessos na legislação laboral.

Mais austeridade mais desemprego

O desemprego e a precariedade atuam como fortes mecanismos de chantagem sobre os trabalhadores visando a baixa salarial, com o inevitável aumento da pobreza, mesmo entre quem tem emprego.

A austeridade ataca a emancipação das mulheres que são a maioria na precariedade, no desemprego e nos salários baixos.

A emigração em massa que começa pelos mais jovens e qualificados ameaça as condições de recuperação futura de padrões de desenvolvimento sustentáveis e aponta o caminho do declínio nacional.

O primeiro e mais grave problema é o desemprego. Em particular, o de longa duração e sem direito a qualquer subsídio, que atinge mais de metade dos desempregados.

Os portugueses têm demonstrado claramente que recusam este caminho de submissão perante a troika, irracionalidade económica e insensibilidade social.

A próxima manifestação de descontentamento e de luta é já amanhã, 29 de Setembro. Este é mais um momento para reafirmar o repúdio contra as medidas deste governo. Há alternativas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

à política de austeridade que destrói o nosso país. É tempo de afirmá-las em todos os momentos de luta, do terreiro do paço e na próxima greve geral, até derrotar a austeridade.

É no Terreiro do Paço que nos vamos encontrar, e demonstrar que as pessoas querem de volta as suas vidas, uma política diferente e um novo governo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, em 28 de Setembro de 2012, delibera:

- Saudar aquelas que foram das mais importantes e participadas manifestações populares realizadas em Portugal após o 25 de Abril e o 1º de Maio de 1974;
- Reclamar o fim das políticas de austeridade que estão a empobrecer os trabalhadores, reformados e pensionistas e os portugueses em geral;
- Manifestar todo o seu apoio à realização da Manifestação/Concentração do próximo dia 29 de Setembro, convocada pela CGTP e a todas as iniciativas que venham a realizar-se para exigir uma nova política e um novo governo, apelando também à participação do Povo de Almada.”

7.4.12 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Proposta de Recomendação

A Segurança das pessoas e seus bens pessoais devem ser hoje numa sociedade moderna e democrática um dos bens mais preciosos tal como as Liberdades e Garantias que o estado tem o dever de preservar.

Uma sociedade não é verdadeiramente livre se não tiver liberdade, sendo que essa liberdade não é plena se o cidadão não tiver segurança e não tiver quem o proteja ou quem crie mecanismos de proteção para que o mesmo possa viver em verdadeira comunidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

usufruindo dos direitos adquiridos enquanto cidadão e enquanto contribuinte esperando que as diversas entidades competentes possam zelar pela sua dignidade e pela sua proteção.

A questão da segurança e do bem-estar é, hoje em dia, uma das verdadeiras preocupações e motivo de investimento que quer o estado quer as autarquias não podem descurar tal é a influência que a segurança ou a falta dela, podem ter no condicionar do desenvolvimento de uma comunidade que precisa sentir que as instituições cuidam e protegem dos seus filhos e dos seus haveres. A segurança passou a ser uma preciosidade e prioridade dentro das exigências e desejos dos cidadãos para usufruto da plena cidadania.

No que respeita ao concelho de Almada, e embora os dados indiquem uma diminuição da criminalidade participada, é por demais notório o sentimento de insegurança vivido em certas partes do concelho e a determinadas horas, como é evidente um aumento do uso de meios e métodos cada vez mais violentos praticados com o recurso à força e que deixam por vezes traumas nas vitimas podendo mesmo vir influenciar negativamente o seu quotidiano futuro.

Uma das medidas com provas dadas que consubstanciam uma diminuição significativa dessa criminalidade ultrapassada que está a questão da violação de privacidade de direitos e dados pessoais, é a videovigilância com o intuito de uma vídeo proteção dos cidadãos e que tem vindo a ser adoptada pelas sociedades modernas que apostam na segurança como um dos factores de desenvolvimento e atratividade, afluência e fixação de pessoas e serviços.

Infelizmente, já é do conhecimento público os diversos casos de criminalidade e de delinquência praticados e perpetuados nas áreas circundantes às zonas universitárias e nas estações do MST, mais concretamente nas freguesias da Caparica e Pragal, como na zona da estação da Fertagus na mesma freguesia e que tem por vezes, consequências graves para as vitimas assinalando esses pontos, como casos prioritários a resolver no imediato. De relembrar que a mesma zona é fornecida por diversos equipamentos, instituições de cariz



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

social, escolas, bairros sociais, transportes públicos tal como diversas empresas e os muitos estudantes que se deslocam diariamente para as faculdades e que são constantemente confrontados diretamente com a falta de segurança em determinadas zonas da freguesia.

Não obstante a necessidade imperativa da instalação do quartel da GNR no mesmo local, era de todo o interesse que se pudesse minimizar no imediato, o impacto extremamente negativo que acarreta para a localidade e que afasta investimento e fixação de pessoas e bens nas referidas freguesias tal como dá para o exterior uma imagem menos abonatória segregando as muitas e diversas pessoas de bem que cumprem escrupulosamente com os seus deveres de cidadania.

Sendo assim, deverá a autarquia intentar todos os esforços para que a tranquilidade possa regressar tornando mais seguras as zonas identificadas como críticas através da utilização das novas tecnologias ao seu dispor.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 28 de Setembro de 2012 na Freguesia do Pragal, vem por este meio:

Recomendar à Câmara Municipal de Almada que possa candidatar-se ao programa de vídeo vigilância junto das entidades competentes nomeadamente pedindo parecer às forças de segurança para que se possa fazer um levantamento da situação e apurar-se a sua viabilidade tal como os locais (Freguesias da Caparica e Pragal) onde a instalação desse sistema possa funcionar quer como meio dissuasor de qualquer ato criminoso ou mesmo na obtenção de provas com a finalidade de diminuir a criminalidade contribuindo para a confiança e bem-estar dos estudantes, moradores e seus bens.”

7.4.13 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vou transmitir o sentido de voto do Bloco de Esquerda. Nós iremos votar todas as Moções favoravelmente, com exceção de duas. Começando pela do PS “Contra um Governo e as suas ilusões”. Iremos votar contra esta Moção por vários motivos. Ela para já assenta numa profunda demagogia, na qual não nos revemos e tem um conjunto de afirmações na sua parte de considerandos que nos causam alguma surpresa. Para já afirma por exemplo que o desemprego está acima do previsto. O Bloco de Esquerda e não foi a única força política que o previu desde o primeiro momento assumiram que a austeridade conduzia a mais desemprego. A uma escalada do desemprego. Portanto o desemprego está no nível em que está não é surpresa para ninguém. Por outro lado falam da balança externa e esquecem de referir que parte das exportações que temos conseguido fazer aumentar assentam no sacrifício das famílias e da sua venda de ouro, porque é preciso não esquecer que a exportação de ouro em Portugal representa dez por cento das exportações neste momento. Falam do aumento da carga fiscal de uma forma leviana, irresponsável, irrefletida e que assenta na negligência das suas responsabilidades num passado recente inaceitável.

Falar do aumento da carga fiscal que já estava prevista no memorando da Troika, um memorando que foi ratificado, aceite pelo PS com a surpresa que hoje aqui é apresentado não compreendemos. Falarem do aumento do IMI com o repúdio que falam, esquecendo que em Almada o PS no ano passado votou contra uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda para baixar a taxa de incidência do IMI nos prédios urbanos já avaliados de acordo com o CIMI, esquecendo que este ano o PS viabilizou a proposta da Câmara Municipal de taxas sobre o IMI, é algo que não compreendemos. Por outro lado aludem a que todas as metas em todas as frentes falharam. Todas as metas ou pelo menos parte significativa delas, foram definidas com a Troika no tempo do PS. Aludem aqui a uma expressão que eu acho no mínimo caricata. O caminho em que estamos e o caminho de crescimento correm em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

linhas paralelas. A escolha de palavras aqui não é ingénua. É preciso não esquecer que o caminho em que estamos foi desbravado, foi iniciado pelo Governo PS, os PEC's foram iniciados com o apoio é certo do PSD mas foram iniciados pelo PS. E portanto é preciso não esquecer o passado recente.

Falam das dificuldades que as famílias hoje atravessam, é verdade. Falam de duas mil e trezentas famílias que entregaram casas nos primeiros meses, permitam-me aqui a ligeira correção, os dois mil e trezentos imóveis que foram entregues no primeiro trimestre não se reportam apenas a famílias, mas também a construtores civis, empresas que entregaram os seus empreendimentos inteiros à banca. E falam das dívidas do Ministério da Educação às Câmaras Municipais. Mais uma vez a memória é difícil.

Portanto, Srs. Deputados, e isto parafraseando um slogan publicitário que hoje está muito em voga, há uma linha que separa as forças que estão ao lado das trabalhadoras e dos trabalhadores, ao lado daqueles que estão ao lado dos tecidos sociais mais frágeis, dos jovens, dos desempregados, daqueles que são convidados a emigrar, há uma linha que separa e essa linha que separa é as forças que legitimaram a presença da Troika em Portugal e as que não legitimaram. E por isso, por o documento ser profundamente demagógico no sentido ... da palavra, ou seja, aproveitamento da paixão das massas, não podemos ser cúmplices desta utilização da crise para se esquecer daquilo que fez.

Relativamente à Moção apresentada pelo CDS-PP. Iremos votar contra apenas pelo facto de que não estamos em 1984, estamos em 2012. E o investimento que necessariamente teria que ser feito em Câmaras que certamente poderiam dar uma falsa sensação de segurança , é um investimento de ineficiência. As caixas multibanco têm câmaras de vigilância no entanto são assaltadas, as bombas de gasolina têm câmaras de vigilância não é por isso que não são assaltadas. A criminalidade é um reação linear ou mais do que linear às dificuldades que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

as famílias hoje atravessam, às dificuldades que os tecidos sociais hoje atravessam. Não podemos acreditar na violência gratuita, não podemos acreditar na criminalidade gratuita. E portanto o Bloco de Esquerda que acredita na liberdade e que não acredita que o controlo poderá ser libertador da mesma forma como a austeridade não leva ao crescimento, o Bloco de Esquerda votará necessariamente contra esta Moção.”

7.4.14 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Após analisarmos as propostas aqui trazidas pelas diversas forças políticas neste período de Antes da Ordem do Dia principalmente aquelas que têm a ver com a política nacional que o Governo forçosamente tem vindo a seguir, temos o seguinte a que Portugal vive momentos difíceis e os portugueses esperam dos governantes que saibam tomar as medidas certas para ultrapassar as dificuldades.

Os portugueses sabem que o Governo cuja tomada de posse se realizou há escassos 15 meses, não é responsável pela situação a que chegaram as finanças públicas. Ainda assim, e apesar de estar a trilhar o caminho certo, o nosso país encontra-se ainda a meio do programa de assistência. Sendo conveniente que se mantenha o esforço coletivo no sentido de ser bem sucedido até ao final e a recuperar a sua plena soberania em matéria económica e financeira. Soberania essa perdida. A política é arte de administrar a coisa pública e tem de estar no centro da atuação dos poderes públicos, os políticos que nos têm governado também falham. Felizmente que o atual governo recuou na sua intenção de alterar a TSU, desde logo e demagógicamente o Partido Socialista, cujos governos foram diretamente responsáveis pela situação que atravessamos e que os obrigou na altura a pedir o resgate internacional aproveitou o protesto para romper com a sua vinculação ao memorando de entendimento que negociou e que assinou em nome de todos nós. As dificuldades que o Partido Socialista



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

deixou ao país são imensas. O atual governo conseguiu e está com muita dificuldade a tentar superar com o seu trabalho e tentar ganhar mais uma vez o reconhecimento internacional perdido pelo país. É verdade que é difícil, é verdade que nos afeta a todos, mas é verdade que neste momento Portugal está mais forte perante aqueles que nos emprestam o dinheiro e perante aqueles que mais uma vez nos salvaram da bancarrota que o Partido Socialista nos colocou.

A relação de confiança que se construiu com os nossos parceiros internacionais, bem como uma credibilidade entretanto recuperada, foram essenciais. Sabemos bem que temos muitos obstáculos pela frente, mas o processo de consolidação orçamental encontra-se numa trajetória firme em direção ao equilíbrio do médio prazo. Não nos podemos esquecer porque é que aqui chegamos, não nos podemos esquecer das loucas obras que foram lançadas num ano, ano e meio. Eram PPP's para hospitais, eram PPP's para estradas, era um novo aeroporto, era um TGV, era tudo e mais alguma coisa e todos nós gostaríamos de ter essas obras, o problema é que não há dinheiro e se nós não o fabricamos, e se nós não o produzimos só temos uma hipótese, é ir pedi-lo a alguém e foi isso mesmo que Portugal teve que fazer. Porque a verdade é esta, nós só tivemos que recorrer ao empréstimo e só tivemos que recorrer a financiamento externo porque não tínhamos dinheiro, e esta é que é a realidade.

Para terminar e eu agradecia algum silêncio se faz favor, porque eu também gosto de ouvir em silêncio as intervenções todas.

Os dinheiros públicos são escassos e preciosos e devem ser gastos com muito cuidado. Várias vezes aqui nos foi dito pela Sr.^a Presidente da Câmara, e bem, que uma Câmara Municipal, um Governo, um País, uma Junta de Freguesia deve ser governado como uma casa, em que só se deve gastar aquilo que se tem e não se pode ganhar mil, gastar mil e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

duzentos e repetir isto todos os anos. Porque um dia a conta chega e um dia a fatura chega, porque é fácil despachar dívidas para futuras gerações. E já nem é para a minha que tenho trinta e poucos anos, é para a dos meus netos e se calhar os meus bisnetos e foi isto que o Partido Socialista fez. E ao fazer isto das duas uma, ou a gente produzia mais e tinha dinheiro para pagar ou tínhamos que pedir emprestado. E agora infelizmente tem este tipo de intervenções perfeitamente demagógicas, perfeitamente descabidas de sentido, porque em relação ao PC e ao Bloco de Esquerda, nós sabemos qual é a vossa posição há muitos anos. Em relação ao PCP, ao BE e ao PEV nós sabemos qual é a vossa posição que tem sido a mesma ao longo dos anos. Alternativas, são sempre as mesmas e quando tiveram a oportunidade foi o descalabro que foi e todos nós ainda nos recordamos.

Para terminar gostaria apenas de dizer aqui duas frases, três, para percebermos a realidade e para percebermos que às vezes também é preciso ter memória. E dizia apenas estas quatro frases e depois no final digo a que é que me quero referir.

Quem vê do estrangeiro este esforço e a coragem com que estamos a aplicar as medidas impopulares, aprecia e louva o esforço feito pelo Governo. Quando nos reunimos com os macroeconomistas todos reconhecem com graduação, subtis ou simples nuances que a política que está a ser seguida é necessária para Portugal. Portugal habituara-se a viver demasiado tempo acima dos seus meios e recursos. O que sucede é que quando uma empresa entra em falência, deve pura e simplesmente falir. Só uma concepção estatal e coletivista da sociedade é que atribui ao Estado essa responsabilidade. A CGTP encontra-se e concentra-se apenas em reivindicações políticas com menosprezo dos interesses dos trabalhadores que pretende representar. Quanto pior melhor, é e sempre foi a política do Partido Comunista Português.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E para terminar, deixo apenas esta frase que diz, dentro de seis meses o país vai-me considerar um herói.

Curiosamente quem disse isto foi o Dr. Mário Soares no período de 1984.”

7.4.15 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foram apresentados a esta Assembleia hoje documentos sobre a situação do país. As palavras que entendo que em consciência são devidas, refletem explosivamente a minha posição pessoal e não vinculam o Grupo Municipal do CDS-PP. Estou em crer porém que elas são fiéis aos princípios do Partido, é aos compromissos que o CDS apresentou sufrágio aos eleitores.

Estas palavras não ignoram também os anos de insanidade dos Governos do Partido Socialista que conduziram tão depressa o País à beira da bancarrota como tantos políticos à fortuna pessoal ou à administração de empresas por si favorecidas enquanto governantes. Porque aqueles que hoje falam em nome dos portugueses, são os mesmos que pactuaram com a loucura ruinosa das parcerias público privadas, das rendas energéticas ou da Parque Escolar, com o escândalo do BPN, com os dislates do Ministro Lino, as tropelias do Secretário de Estado Campos, as manobras do eclético Dr. Vara, a incompetência servil do Dr. Constâncio e as mentiras do Primeiro Ministro Sócrates.

Posto isto, os eleitores escolheram uma nova maioria formada por partidos com projetos políticos e propostas distintos.

Conciliados através de um programa do Governo em muito sujeito ao acordo com as instituições internacionais com quem o Governo Socialista firmou um dito plano de resgate. Quis também o país que esse novo governo fosse liderado pelo PSD. Acontece que o Primeiro Ministro não tem conseguido pôr em ordem a casa que administra, racionalizando as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

despesas à séria, cuidando do bom uso do dinheiro dos contribuintes e acabando com privilégios e clientelas que o rendimento dos portugueses sustenta. Ao invés continua a velha política socialista, impostos e mais impostos sobre quem trabalha e sobre o pensionistas, para continuar a alimentar um estado parasitado. A Reforma Administrativa tem sido trapalhona, os cortes a Fundações mostraram que a montanha pariu um rato, as empresas, institutos e observatórios públicos continuam na mesma, a EDP continua a receber rendas obscenas à custa dos consumidores, a denúncia devida de contratos ilegítimos das PPP esbarra nos grandes interesses, muitas regalias imorais permanecem intocadas. Todos nos recordamos da promessa que a redução do deficit seria feita a dois terços do lado da despesa. Os Portugueses têm o direito de perguntar qual é a legitimidade democrática de governos sucessivos que executam precisamente o contrário do que prometeram. O anúncio incompleto, diga-se, de mais medidas de austeridade é calamitoso. A forma ligeira como nos foi feita é insultuosa, num ápice o Primeiro Ministro traiu o contrato social e a estabilidade política aparentando uma concussão que rapidamente se esvaiu ao som da música. Esse plano Merkle, Gaspar, Passos Coelho que parece ter como único propósito empobrecer os portugueses até à indignância, sujeitando-os a trocar a sua dignidade por um prato de batatas, já mostrou a sua falência. Os resultados estão à vista. As receitas do IVA estão em queda, o desemprego é trágico, as falências sucedem-se freneticamente, a recessão económica promete ser mais longa, a execução orçamental mostra um buraco de pelos três mil milhões de euros para este ano. Devemos agora mais do que antes do Memorando ser executado. Haveria certamente outro caminho, muitas têm sido as contribuições a que o Governo permanece cego e surdo. Primeiramente o Primeiro Ministro não pode resignar-se a negociar com funcionários da Troika sem defender politicamente os interesses de Portugal, Membro de pleno direito da União Europeia, a começar pelos juros, os horários, cobrado pelo dito resgate



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

financeiro, a solução tem que ser repensada, justa, exequível. Depois é prioritário uma redução corajosa e duradoura da despesa do Estado, acabando com o esbulho que é feito aos contribuintes para suportar tantos interesses que se opõem frontalmente ao bem comum. Desde logo nas rendas as concessionárias das PPP e a EDP, heranças de demência do Governo do Engenheiro Sócrates. Mais, é urgente uma luta decidida contra a corrupção e contra a fraude fiscal. Os sinais de favorecimento e impunidade retiram uma dose massiva de autoridade moral ao Estado. Portugal tem ainda que ser capaz de atrair empresas estrangeiras estabelecendo um quadro fiscal favorável ao investimento. Resta ainda o drama de um País que sucumbe ao inverno demográfico onde se atacou a família, destruiu-se a esperança no futuro esta teria que ser uma prioridade de hoje, urgente, inadiável. Cito um editorial do Diretor do Jornal de Negócios que não é perigoso esquerdista, será que não percebem que o pacote da austeridade agora anunciado mata algo mais do que a economia, que as finanças, que os mercados, mata a força para levantar, estudar, trabalhar, pagar impostos, para construir uma sociedade. Estabelece o programa do meu Partido, que defendemos a procura do bem, o amor ao próximo e a prioridade aos mais fracos, diz ainda que é por isso que exigimos uma verdadeira ética social e a subordinação da política à ética. Como militante e eleito do CDS, entendo que neste momento decisivo não posso ficar calado, não esqueço que o que temos hoje é sobretudo fruto da catástrofe socialista, mas está um País à beira da miséria e perante alguma insensibilidade que se tem revelado, eu pessoalmente não poderia deixar de exarar publicamente a minha posição.”

7.4.16 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para afirmar o sentido de voto da CDU, votaremos favoravelmente a Moção do Bloco de Esquerda “Para uma Política de Esquerda”, e as duas Moções do PS que propõem a baixa à



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Comissão “dos projetos cofinanciados pelos Fundos Comunitários” e “o estudo da Associação dos Comerciantes do Distrito de Setúbal”.

Relativamente às restantes três propostas temos o seguinte a dizer, relativamente à proposta de videovigilância do CDS, nós gostaríamos de começar por dizer que a questão da segurança é uma questão muito séria, que merece o nosso maior respeito e que deve ser permanente e estruturadamente considerada. E é por isso que não nos detemos a comentar alguns considerandos da proposta nomeadamente quando o CDS se mostra muito preocupado com os direitos adquiridos enquanto cidadãos e contribuintes está num Governo a fazer o que faz. Que a segurança passou a ser uma prioridade, a segurança sempre foi e continuará a ser uma grande necessidade. Que está ultrapassada a questão de violação de privacidade de direitos e dados pessoais porque não está. Esta fixação não sabemos porque estigmatizar a Caparica e o Pragal. Não sendo isso a questão essencial, e naturalmente como sempre considerar que a Câmara é que deve assumir todas as responsabilidades que não são suas, deverá a autarquia tentar todos os esforços para que a tranquilidade possa regressar. A questão essencial que aqui se coloca é que não é possível intervir nesta área de modo casuístico, e nós vamos nesta mesma Assembleia apreciar do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos, o seu Relatório e os seus Pareceres, onde colocam com toda a clareza que mesmo relativamente ao sentimento de insegurança dos cidadãos, a questão absolutamente crucial é o policiamento de proximidade. Evidentemente que a vigilância pode ser um complemento, coloca como eu já disse questões de direitos, de liberdades e coloca inclusivamente a necessidade de ou questões de eficácia. Se a videovigilância fosse tão eficaz como aqui foi dito, ela existe em todas as bombas de gasolina, não haveria nelas os assaltos que há. Não consideramos que a questão da videovigilância não deva ser considerada, mas a questão absolutamente central é a reivindicação de absoluta necessidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de que as forças de proximidade intervenham. E aqui o que nós temos é a nível do Governo uma política que é contrária a isto. É contrária aos direitos dos polícias e da polícia. Temos aqui nesta Assembleia aprovado uma série de Moções de preocupação com a segurança que vão sempre bater no mesmo. O Estado não assume, o Governo, o Poder Central não assume as suas responsabilidades nesta matéria. E é isso que é necessário.

Relativamente à Moção apresentada pelo PS sobre o Polis, gostaríamos de dizer desde logo que votar essa proposta significa também aqui considerar que choramos a perda do Polis e a Câmara que faça o resto. Mas comecemos no entanto por fazer uma pequena precisão, também convém sermos rigorosos nos factos. Aquilo que hoje é conhecido por Polis não começou, ao contrário do que se diz na Moção, por obra e graça do Partido Socialista em 2001. Todo o Município, Câmara, Junta de Freguesia e Assembleia Municipal, desde 1998 que desenvolveram um processo com as forças vivas da Costa da Caparica no sentido de construir um pacto de desenvolvimento que foi pura e simplesmente ignorado e ao qual foi dito não, pelo então Ministro do Ambiente José Sócrates.

Em 2001, no quadro de uma estratégia centralizadora do PS, que instituiu os Polis para o país, foi aberta uma pequenina porta para o Polis da Costa da Caparica e foi mais uma vez a Câmara Municipal à cabeça e o Município no seu conjunto que lutaram para que o Polis viesse a ser um programa muito mais amplo e muito mais significativo que passou a ter. Esclareça-se em relação a tudo o que é afirmado na Moção para quem diz que está esquecido o seguinte, é a sociedade (isto agora sobre resolvermos o problema, o desleixo que por ai ainda e tudo isso) é a Sociedade CostaPolis que decide sobre toda a intervenção do Polis da Costa. Pela Lei 229/2001, em todas as fases do processo, incluindo a gestão do território. Município de Almada tem 40% de presença nesta CostaPolis e os outros 60% são do Governo. E portanto a Câmara cedeu os seus próprios terrenos à CostaPolis e é



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inequivocamente esta a gestora de tudo. O Município tem defendido aí as posições que têm sido aprovadas nos respetivos órgãos. E convém sublinhar que os entraves ao Programa por parte dos Governos PS/PSD/CDS, foram sempre denunciados e criticados nesta Assembleia Municipal, que sempre propôs construtivamente alternativas que pudessem viabilizar o desenvolvimento do Polis. Convém lembrar que 80% do território abrangido na área do Polis é da competência direta da Administração Central. A Câmara por lei não pode sequer intervir. Esta Câmara foi multada por fazer uma estrada, a Alameda Atlântica Costa/Trafaria. A Câmara tem que pedir autorização para colocar recipientes do lixo nas praias e para muitas outras coisas. Portanto, a Câmara Municipal de Almada tem assumido e deverá continuar a assumir as responsabilidades que são as suas. Não deverá assumir o desleixo dos outros.

Relativamente à Proposta do Partido Socialista sobre o Governo, convirá dizer que numa primeira leitura desta proposta ao longo das três primeiras páginas, nós concordamos com quase tudo o que lá está, são denúncias claras e diretas de uma política desastrosa, que continua a ser aprofundada e continua a ser levada a cabo neste país. Temos dito isto e temos dito muito mais. Convirá talvez fazer uma ressalva por uma questão de decência e por uma questão de bom gosto, que na página dois num considerando o PS se insurja contra o facto de o Primeiro Ministro não ter ouvido os parceiros sociais, nem o principal Partido da oposição. Para o Partido Socialista a Democracia termina aqui, e a Assembleia da República no seu todo não conta. Mas dizia que, portanto nós na esmagadora maioria das questões estamos de acordo com o que está escrito neste documento, em relação aos considerando o que nós gostaríamos que isto representasse uma viragem profunda do PS e que passasse a ter uma prática consentânea com o que aqui está escrito. Ora, o que o PS tem feito é precisamente o contrário, o PS está a criticar, está a denunciar fortemente toda a política em que ele é um cúmplice permanente, e portanto é este desfasamento entre a ação do PS e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aquilo que está dito na Moção que obviamente é a primeira questão que colocamos. Mas cheguemos à parte deliberativa e vejamos o que é que o PS diz e o que é que o PS propõe e com que é que o PS se preocupa. Em relação ao primeiro ponto faz um elogio rasgadíssimo de uma manifestação, dizendo que essa manifestação acordou a sociedade portuguesa. Felizmente a manifestação tem sido um ponto altíssimo naquilo que tem sido a denúncia desta política e a demonstração do protesto contra esta política não acordou, a sociedade já estava acordada há muito tempo e este basta que aquele povo ali disse no dia 15 de setembro é um basta a uma política e contra a Troika. A manifestação foi convocada contra a Troika, a manifestação foi convocada contra o pacto com a Troika. A manifestação foi convocada contra toda a política, a manifestação foi convocada também contra o Partido Socialista. E é inadmissível que o Partido Socialista queira agora apropriar-se politicamente de uma manifestação para desenvolver como se vê nos pontos seguintes a continuidade da sua política de aprofundamento e não de contrariedade a esta situação em que nos encontramos. E reconhecer que foi este consenso e só ele que obrigou o Primeiro Ministro a recuar. Insistamos nisto, não foi só este, houve muita luta antes. Amanhã há outra manifestação, a indignação do povo português foi, é e continuará a ser profunda, porque também é falso que tenha havido um recuo do Primeiro Ministro. O Primeiro Ministro pode ter recuado numa medida pontual, na taxa social única, o Governo está a preparar medidas profundas para roubar aos mesmos aquilo que não vai roubar na taxa social única, a política continua a ser exatamente a mesma e portanto quando se afirma aqui que deixou cair com estrondo o erro desta gravidade, etc., portanto, isto não corresponde à realidade. Estamos num país em que aqueles que provocaram a crise continuam a beneficiar cada vez mais com ela e aqueles que são vítimas da crise são obrigados de uma forma miserável a pagar a crise. Esta é a situação em que nos encontramos e não pode ser de modo nenhum escamoteada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No terceiro ponto, com que é que se preocupa o Partido Socialista? Manifesta um repúdio pelo facto do PSD não ter negociado com ele, porque é isto que cá está, escolheu ir muito mais além do que a Troika pedia. Avançou para dossiers complexos como o das privatizações, sem consulta. Avançou com as privatizações que o PS assinou com a Troika. Quis fazer a Reforma do Poder Local sozinho sem consensos, porque o PSD afastado do consenso de destruição do Poder Local em que é cúmplice. Anuncia medidas como a TSU sem consultar ninguém. A preocupação do PS nem sequer é a TSU, é não ter havido consulta para uma política nojenta como esta. E basta, não vale a pena dizer mais para nos referirmos àquilo que nós pensamos desta Moção, o PS não pode passar pela chuva sem se molhar, é profundamente responsável. Gostaríamos nós estar aqui a dizer outra coisa, gostaríamos nós de acreditar que o que aqui está era uma mudança, uma alteração na política do PS e que em vez disto ser o desmentido da ação do PS, isto fosse precisamente a possibilidade da ação do PS se compaginar com o que aqui está, com o que aqui denuncia e algumas coisas bem.”

7.4.17 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Três notas apenas. Uma primeira nota sobre a temática da situação económica e social que vivemos e que foi objeto de três textos. Penso que em todos eles nós podemos deslumbrar a denúncia do falhanço da política que tem sido seguida por este Governo, tem sido uma política que aposta apenas na austeridade e de forma irresponsável está a levar o país para uma espiral de recessão e esquece completamente a necessidade que há de dinamizar a economia para promover o crescimento e superar a situação em que estamos. Esta atitude irresponsável por parte do Governo, teve nas últimas semanas desenvolvimentos surpreendentes e radicais. E esses desenvolvimentos surpreendentes e radicais corporizaram-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se numa medida em que pela primeira vez na Europa se tirou dos trabalhadores para dar aos empregadores, se desequilibrou a relação que existia entre o capital e o trabalho e se tirou a quem menos tem para dar a quem mais tem. Essa situação foi sentida por todos os portugueses como absolutamente inconcebível, absolutamente inaceitável e motivou uma saída à rua de multidões, muitos cidadãos portugueses que nunca tinham participado de forma cívica e empenhada e que sentiram a necessidade de protestar contra este retrocesso civilizacional, radical, de uma política absolutamente inconcebível que este Governo tem conduzido e teve o seu ponto mais alto na medida da TSU. Este Governo tem-se empenhado no desmantelar do Estado Social. O Estado Social foi construído na Europa depois da Segunda Guerra Mundial com contributos doutrinários significativos do socialismo democrático, da democracia cristã. Os liberais que dominam este Governo estão a lutar até ao fim, no sentido de destruir o que é uma conquista importantíssima da Europa e que foi durante muito tempo um traço mais significativo das nossas sociedades, elemento fundamental da sua prosperidade e do bem estar. Este radicalismo liberal que tem os seus protagonistas essenciais no Governo, de facto tem levado o país ao descalabro, tem levado o país a situações que não podem ser aceites e portanto para nós PS era muito importante que todos aqueles que estão contra esta orientação, que estão contra esta política se pudessem encontrar de alguma maneira. E nós, porque entendemos que nestes momentos é preciso distinguir o essencial do acessório, vamos viabilizar todos os textos apresentados nesta Assembleia sobre a situação social e económica. Viabilizamos o nosso obviamente votando a favor, e viabilizamos os outros de acordo com as decisões e a consciência de cada elemento da bancada do PS, ou pela abstenção ou pelo voto a favor. Mas queremos desta maneira simbolizar, tendo um texto que representa a nossa posição específica, nós não nos posicionamos de forma secretária e não recusamos os textos ainda que eles tenham marcas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ideológicas e marcas do discurso específico de cada Partido. E lamentamos que o sectarismo impeça que a bancada da CDU e a bancada do Bloco de Esquerda se porte da mesma maneira. Lamentamos profundamente e lamentamos que o sectarismo que levou à queda do Governo Socialista e a esta maioria de direita no poder se torne a expressar aqui agora pelas palavras dos Srs. Deputados que me antecederam. É lamentável e nós não podemos deixar de o assinalar.

Quanto ao Polis, de facto também aqui no Polis os novos ventos que sopram do Poder nos deixam muito preocupados.

O Polis que é um desígnio importante de todo o Concelho, está posto em causa e é importante que agora, quando estas situações se estão a adivinhar, se afirme muito claramente dois princípios fundamentais. Primeiro princípio, o Projeto Polis não é para abandonar, o projeto Polis é para levar até ao fim. Segundo princípio, enquanto o projeto não se concluiu, a Câmara tem que se empenhar no sentido de tirar o máximo partido do investimento que foi feito e propiciar as melhores condições possíveis à Costa da Caparica e à população do Concelho e todos aqueles que procuram a Costa da Caparica.

Uma última nota sobre a Moção apresentada pelo CDS-PP. Nós lamentamos que contenha uma pequena referência que não nos permite votar a favor como desejaríamos. É que não é indiferente quando se apresentam exemplos como exemplos de duas Freguesias. Nós não podemos deixar de considerar que há aí um traço de xenofobia que nós não podemos de facto aceitar e com o qual não podemos pactuar. Estamos disponíveis para colaborar no sentido de encontrar soluções que reforcem o sentimento de segurança das populações, mas não podemos fazer isso à custa de valores de tolerância que são fundamentais numa sociedade melhor.”

7.4.18 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Por vezes somos levados a querer discutir assuntos sérios de forma séria. Mas é difícil discutir assuntos sérios de forma séria quando se desconhecem por completo ou se finge desconhecer os documentos que estão em cima da mesa.

Só quem não leu o memorando de entendimento da Troika é que fica surpreso ou verdadeiramente surpreso com muitas das medidas que hoje estão a ser tomadas. Só quem não leu o memorando da Troika é que pode lamentar e acusar Partidos que se recusaram a ser cúmplices do memorando da Troika de sectarismo. O que o Bloco de Esquerda lamenta profundamente, é que não seja sério e que com atitudes como estas se afastem os cidadãos da política e se aumente o fosso entre a cidadania e aqueles que os representam.

É de lamentar que o PS se esqueça que é cúmplice da situação atual. É de lamentar que o PS hoje se esqueça que em debate preparatório das eleições legislativas, quando o Bloco de Esquerda e a CDU aludiram à questão da TSU, vocês sabem bem as respostas que foram dadas. Isto está escrito de forma mais ou menos velada consoante as interpretações e consoante as versões do documento memorando de entendimento da Troika. Portanto, respeito as palavras, mas o Bloco de Esquerda lamenta profundamente a falta de seriedade na Moção apresentada pelo PS, sobre a ilusão do Governo atual. Naturalmente que partilhamos a visão da CDU, a situação é de crise, a situação é lamentável, a situação é angustiante para as pessoas, mas não podemos aproveitar isso como arma de arremesso político e de esquecimento de tudo aquilo que foi feito no passado recente.”

7.4.19 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas notas sobre duas Moções. Em relação a esta Moção sobre o Polis da Costa da Caparica naturalmente que não posso deixar de saudar as preocupações expressas no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sentido de levar o Polis até ao fim, concretização por inteiro do Programa Polis da Costa da Caparica, penso que deve manter-se como desígnio municipal e preocupação e intervenção nesse sentido de todos nós sem tibiezas e sem lançar qualquer confusão relativamente a este processo. A sua prorrogação esteve equacionada pelo anterior Governo em termos de Conselho de Administração até 2017, de facto no último momento isso acaba por não se concretizar, ficou enfim naquela altura como data 2013, mas mais do que isso, o que é importante é que sejam prorrogadas as datas quantas vezes sejam necessárias, de modo a que o Plano seja executado por inteiro, porque é um grande Plano para o desenvolvimento, para a Costa da Caparica, para a Área Metropolitana de Lisboa e para o País. Não há dúvida nenhuma que o potencial que a Costa da Caparica tem, o consenso e a contratualização que foi estabelecida entre o Estado Português e o nosso Município, é qualquer coisa de extraordinariamente importante que não pode ser perdido sob pena de nós regressarmos ao princípio de tudo e a Costa voltar a ser adiada para as calendas gregas. Esta é uma questão muito importante. Gostava de dizer que a questão da manutenção das áreas intervencionadas, quando se faz referência às áreas, a Câmara deve garantir a manutenção das áreas intervencionadas, gostava de deixar aqui a nota de que a Câmara está a fazer isso mesmo, naquilo que são as áreas da sua jurisdição e onde se aceitou que passasse para a própria Câmara por via de contratos de promessa de cedência, que ainda não se sabe quando é que hão de ser feitos, e aceitamos essa figura, aceitamos a transferência para a Câmara por contrato de promessa de bem futuro, contrato de promessa de cedência, algumas áreas como é o caso do parque de estacionamento, enfim, o antigo terminal de verão, e como é o caso do próprio jardim, e está a ser assegurada a conservação. Os problemas nestas áreas têm a ver com execução de garantias bancárias para resolver problemas que o empreiteiro ainda tem que resolver. E portanto, o Município



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não pode nestas áreas que recebeu por contrato promessa de cedência de bem futuro, obras que são ainda da responsabilidade do empreiteiro e que é a CostaPolis que tem que acionar as respetivas garantias para que essas insuficiências sejam resolvidas. Aquilo de que hoje aqui se falou de que é a chamada área da tábuca, não é jurisdição da Câmara, não está na Câmara, nem pode passar para a Câmara, porque se trata de área de jurisdição de outros organismos, neste momento da APA, antes era o INAG, era ARH, etc., e agora é APA.

Também deixar nota, como contributo construtivo para o esclarecimento de todos, é que o Conselho de Administração da Sociedade CostaPolis é constituído por pessoas individuais, e temos duas pessoas designadas pelo Governo e uma designada pelo Município. Mas não é o Município, a Câmara Municipal que manda na CostaPolis. Há um elemento designado, há um Conselho de Administração de três pessoas em que duas foram designadas pela Administração Central e uma pela Administração Local. E por isso aquela espécie de reprogramação que vocês conhecem, que os Srs. Deputados conhecem, que foi também enviada à própria Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente, que deu a conhecer e em que o nosso representante no Conselho de administração votou contra. O nosso representante, não foi a Câmara, foi o nosso representante no Conselho de Administração votou contra aquela espécie de reprogramação do Polis da Costa da Caparica, que sabemos que é para terminar aquilo que está ali. Se fosse aprovado, se fosse votado em Assembleia Geral da Sociedade CostaPolis era acabar com o Polis da Costa da Caparica. E é por isso é que nós em conjunto, o Sr. Presidente da Junta não falou, só se referiu à Gandaia, mas podia ter feito a sua intervenção naturalmente corroborando aquilo que também eu disse. Temos feito todas as diligências com o Presidente da Junta, com o Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara, junto dos atuais governantes no sentido de chamar a atenção para a necessidade de reprogramação com cumprimento do Plano de Desenvolvimento Estratégico



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

por inteiro. Isto estava feito no tempo da Ministra Lurdes Pássaro, não foi até ao fim, e agora é uma coisa que não é coisa nenhuma. Não é a reprogramação do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica, que foi apresentado no Conselho de Administração, não é. É uma coisa que vai até 2013 e que deixa para trás o Plano de Desenvolvimento Estratégico.

Eu acho que nestas coisas era muito importante que se conseguisse, peço desculpa aos Srs. Deputados Municipais, mas permitam-me este desabafo, que sendo um desígnio municipal, penso que era muito importante que se fizesse um esforço no sentido de se procurar nestas matérias um consenso. E peço desculpa, mas eu não posso deixar de dizer isto, com muita sinceridade e em nome do tal desígnio municipal, eu sugeria, desculpem o termo, mas que o Partido Socialista pudesse retirar esta proposta e pudesse consensualizar uma proposta relativamente ao Polis da Costa da Caparica. Eu acho que é muito negativo nós termos uma proposta chumbada sobre o Polis da Costa da Caparica. Permitam-me dizer isto, porque acho que era muito, muito importante que esta fosse uma matéria concertada, consensualizada e que em conjunto a Assembleia Municipal pudesse voltar a assumir uma posição comum relativamente ao Polis da Costa da Caparica. Acho que era nosso dever, sabemos que o CDS desde que está neste Mandato na Assembleia não nos tem acompanhado nas votações relativamente ao Polis da Costa da Caparica, antes era por unanimidade que tínhamos abordado este dossier, neste Mandato apenas temos de facto essa posição do CDS, mas todas as outras bancadas estiveram sempre juntas na defesa do Plano de Desenvolvimento Estratégico, na sua execução por inteiro. Peço a vossa compreensão para as minhas palavras, mas elas são ditas com um sentido construtivo e de modo nenhum a imiscuir-me naquilo que é a competência exclusiva da Assembleia, dos Srs. Deputados, das bancadas e por aí fora.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Gostava também de deixar aqui uma nota relativamente às questões do QREN. Srs. Deputados de todas as bancadas, se esta proposta é no sentido de se apurar aquilo que é a operação limpeza que o Governo decidiu fazer relativamente ao QREN com uma incidência brutal nos programas apresentados e aprovados pelos Municípios, têm o meu inteiro aplauso. Acho que fazem muito bem em fazer esse aprofundamento e perceberem de facto o que é a operação limpeza do QREN. Estamos a viver uma situação dramática, conta-se ao dia, se passou dois dias sobre o dito prazo é tudo posto em causa, os dinheiros diz que são 85% dos Fundos Comunitários para os projetos incluindo à Área Metropolitana de Lisboa, mas depois já não é assim e é em função da apreciação casuística que é 85% ou que não é 85%. Os ultimatums estão a acontecer no sentido de se dizer, ou até ao fim do dia apresenta uma programação obedecendo, não é àquilo que está escrito, mas àquilo que nós estamos a dizer que é reduzir, reduzir FEDER. Nos termos do FEDER aprovado para os projetos, e aquilo que está a acontecer não é manter o FEDER, permitindo aos municípios que utilizem esse valor apresentado 65 ou 80, ou 79 até aos 85% do investimento. Não. É reduzam FEDER e reduzam programando, mesmo tendo baixado o valor do investimento não podem ficar com o valor total do FEDER. Isto é o que se está a passar, isto está a levar a muitas Câmaras Municipais a abandonarem por inteiro muitas operações, não fazerem obra e outras verem-se de facto confrontadas com a perda de FEDER que estava aprovado, que estava garantido. De acordo com as decisões anunciadas também a Área Metropolitana de Lisboa estaria garantido porque não chegando a 85% do investimento não se perdia o FEDER. Portanto, meus queridos amigos se é para avaliar isto eu digo-vos muito bem, vai bem a Assembleia Municipal em querer pronunciar-se sobre esta operação limpeza e as suas consequências. Nós facultaremos de imediato à Assembleia Municipal informação total sobre este dossier de modo a que neste mesmo sentido possamos contribuir para que a Assembleia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Municipal intervenha e denuncie aquilo que consideramos que é uma forma pouco transparente, uma forma opaca de neste momento estar a gerir o QREN no nosso país e em particular no que diz respeito às Autarquias Locais.”

7.4.20 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O essencial está dito mas há um pequeno pormenor que não pode passar em claro. É que no meio da discussão foi dito ai algures que a posição do PCP e da CDU em relação a este texto do PS sobre o Governo e sobre a Troika e sobre a manifestação de dia 15 de setembro, que havia da nossa parte uma posição de sectarismo. E nós queremos que fique bem claro que não se pode confundir sectarismo com princípios, com coerência e com dignidade. Porque está aqui à minha frente o memorando que nós designamos e bem por pacto de agressão que o Governo do PS e não uma nave de marcianos, o Governo do PS assinou e escreveu à frente da Troika. E ai está escrito pelo Governo PS a privatização de parte importante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, dos CTT, da TAP, da ANA Aeroportos, do corte profundo na proteção dos trabalhadores, nos despedimentos, de encerramento de serviços hospitalares, o aumento das taxas moderadoras e isto foi escrito num documento com mais de 55 páginas pelo Governo PS na sequência do que vinha sido escrito e aprovado no PEC 1, no PEC 2, no PEC 3, nos Orçamentos de Estado e com quem governou o PS? Com quem o PS aprovou isto? Sempre com o PSD e o CDS. E quando se aprovam estas coisas e quando o Governo PS cai porque se atira para o chão, porque o PSD decide que está na altura mesmo boa de tirar o tapete debaixo dos pés do Governo PS, não foi o PCP que deixou de dar a mão, foi o PSD que achou que estava na altura de tirar a mão de frente do PS, e é assim quando nós continuamos a dizer que as políticas de direita não fazem bem nenhum ao país, que nós somos acusados de sectarismo. Não Srs.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Deputados Municipais, o PCP tem princípios, tem coerência e assim todos pudessem dizer o mesmo.”

7.4.21 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu em relação à Moção apresentada pelo Partido Socialista sobre o Programa Polis da Costa da Caparica, a nossa bancada de facto pensa que esta proposta devia de ser retirada. E devia de ser retirada por duas razões muito simples. Temos que ter memória, não podemos procurar culpados, não podemos andar aqui assim à procura de quem é que fez isto, aquilo ou aqueloutro. Temos que pensar é que em determinadas alturas ninguém fez nada. Quer de um lado, quer do outro. E na verdade tínhamos que estar aqui a noite toda a discutir isto, se fossemos pegar na raiz do Polis da Costa da Caparica teríamos que ir buscar a falta do IVA quando foi elaborada a parte económica do Polis. Tínhamos que ir buscar os atrasos que tiveram a começar em 2001 e depois foi para as calendas gregas, depois foi um Governo que disse sim senhor, avancem, eu não estou a falar sequer em Partidos. A verdade é que neste momento temos que pensar no Programa Polis da Costa da Caparica, já o disse aqui nesta Assembleia uma vez, duas vezes, três vezes como um desígnio concelhio. E de facto tudo o que houver de necessário para se fazer em relação ao Programa Polis da Costa da Caparica tem que haver consenso entre as forças partidárias aqui representadas na Assembleia Municipal. Não podem ser três pessoas, quais D. Quixote de La Mancha a lutar contra moinhos de ventos e estou-me a referir à Sr.^a Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a mim próprio, andamos há anos a bater às portas a pedir reuniões a Ministros, a Secretários de Estado e depois vimos com uma mão cheia de nada e outra com coisa nenhuma. É triste. É que nem promessas trazemos. O que nós



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

muitas vezes trazemos é a sensação dos responsáveis estarem a trabalhar de ouvido. Ou seja, a responder em função dos recados que lá chegam. E depois o que acontece é que neste momento estar a acabar, reformulem, façam o que quiserem, mas digam qualquer coisa, ponham propostas em cima da mesa, diga-se o que é que se quer do Programa Polis da Costa da Caparica. Há dinheiro, alguém sabe neste momento, há dinheiro, algum, há pouco para até 2013, já alguém veio dizer a alguém que o dinheiro existente é para fazer isto, aqueloutro? É para recuperar o que está edificado, o que está destruído, por falta de manutenção e por responsabilidade da CostaPolis? É que nós não podemos esquecer que desde 2010, mês de março de 2010, deixou de haver obra no terreno. Desde março 2010 que não há manutenção do pouco edificado que existe no terreno. E isto chama-se responsabilidade pura e dura. Agora, têm que nos dizer a nós todos o que é que querem do Polis da Costa da Caparica. Não se pode dizer, como já lemos, não sei se os Srs. têm conhecimento disto ou não, mas nós os três já lemos um documento em que diz que fecha-se o Polis, ficam aqui uns documentos de trabalho para futuro, muito bonitos, muito lindos e ficamos assim. Não pode, estar-se a coartar o desenvolvimento de uma terra que há cinco décadas, eu vou fazer cinquenta e nove, portanto há cinco décadas que espera que venha a ser qualquer coisa no espectro turístico nacional. Continuamos a ser uma das maiores praias senão a maior praia do país, à beira da capital, e a verdade é que toda a gente quando chega à Costa da Caparica sacode a água do capote. É fácil. Eu vou-vos dar um exemplo, não houve dinheiro para pôr areia na Costa da Caparica este ano. Mas na realidade no Algarve, até vos posso dizer qual é a praia, é a praia de Porto Mós, e já há dois anos a mesma coisa. Cheguei lá no inverno tinha calhaus de todo o tamanho por tudo o que era canto, cheguei lá em junho estava tudo coberto de areia. E sabem por quem é que foi posta a areia? Pela mesma empresa que vai pôr a areia ali na Costa da Caparica. E sabem de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

onde é que saíram as tubagens para irem pôr a areia lá em baixo? Saíram da praia de São João que estavam lá armazenadas. Então mas como é que é isto? E isto meus caros amigos, meus caros camaradas socialistas permitam-me que os trate assim, eu penso que deveria uma proposta destas ser uma proposta de desígnio concelhio. Porque não vale a pena estarmos a rebuscar nos cadáveres quem é que foi o culpado, ou quem é que não foi o culpado. Há uma coisa de certeza absoluta que há uma entidade, há um sítio que não é culpado, é a Costa da Caparica, e a Costa da Caparica de facto merece respeito. Basta de brincarem com a Costa da Caparica.”

7.4.22 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente eu só não peço aqui a defesa da honra, porque não ofende o CDS quem quer. Eu repúdio aqui veemente as palavras do Sr. Deputado Courinha Leitão, para ser sincero não estava à espera que se dirigisse ao CDS de forma como se dirigiu. Se me permite Sr. Deputado Courinha Leitão, não estou a conhecê-lo nessa linguagem utilizada para o CDS. Quando o Sr. Deputado Courinha Leitão diz que, porque é que será que é na Caparica e no Pragal que o CDS propõe a videovigilância? Ó Sr. Deputado Courinha Leitão, se me permite quando tiver um problema no pé vai ao médico, vai fazer um check-in inteiro? Se calhar é porque na Freguesia da Caparica e do Pragal, se calhar porque se passem situações muito desagradáveis. Se calhar é por causa disso. Mas se o voto do PS estiver subjacente a essas duas Freguesias, o CDS está na possibilidade de retirar o nome da Freguesia do Pragal e da Caparica e fica a Moção assim. Se o PS assim votar, então estaremos nessa posição. Agora, não podemos esquecer e não podemos escamotear que naquelas Freguesias, quer do Pragal, quer da Caparica, passam-se situações muito graves em termos de segurança, a questão é esta. E já agora relativamente à CDU, há pouco ouvi



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também ai uma sessão muito animada quando o meu colega de bancada estava aqui a fazer a sua intervenção, eu também me posso rir quando em Setúbal a posição é totalmente diferente, e também há bombas de gasolina e também há multibancos em Setúbal Sr. Deputado. A questão é essa. Eu acho é que não podemos andar a brincar com a segurança das pessoas. Eu acho que isto hoje foi longe de mais. Eu repito novamente, eu repúdio aqui veemente as palavras utilizadas por um Deputado Municipal onde apelidou o CDS de xenófobo. Lamento mas isso eu não admito.”

7.4.23 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para anunciar o seguinte, o PS relativamente ao Polis afirmou o que achava que devia ser afirmado neste momento, entendemos que como declaração política fez todo o sentido e mantemo-la como declaração política, retiramo-la como texto passível de votação, atendemos responder favoravelmente aos apelos da Sr.^a Presidente e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Apresentaremos o texto na próxima Assembleia e esperamos já com os contributos de todas as bancadas e portanto há um apelo no sentido de as bancadas se disponibilizarem no sentido de o texto poder afirmar os princípios que devam ser afirmados, mas também que possa ser subscrito por todos aqueles que queiram associar-se aos princípios que nós entendemos ser essenciais.

Também relativamente à Moção apresentada pelo CDS-PP, uma vez corrigido o aspeto de facto que nos preocupava pelas razões que expusemos de forma muito objetiva, estamos disponíveis para o viabilizar.”

7.4.24 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr. Presidente, sendo assim o CDS retira da mesma Moção a indicação das duas Freguesias, da Caparica e Pragal.”

7.5 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

7.5.1 - A Moção/Deliberação sobre A Tragédia dos Incêndios - A Floresta Segura, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Vicente, foi aprovada por unanimidade.

7.5.2 - A Moção/Saudação ao desempenho dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do BE, do CDS-PP e do PSD - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e dezasseis votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes da Junta de Freguesia ou seus representantes Charneca de Caparica e Trafaria, e do PSD).

7.5.3 - A Moção/Saudação ao Centro de Arqueologia - 40 anos de atividade, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho foi aprovada por unanimidade.

7.5.4 - A Moção/Deliberação Contra as portagens do IC32/CRIPS, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes da Junta de Freguesia ou seus representantes Charneca de Caparica e Trafaria, do BE, do CDS-PP e do PSD - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e cinco votos contra (de eleitos do PSD).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.5.4.1 - Para uma Declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco.

7.5.4.1.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nesta Moção o CDS-PP é contra as portagens no IC32/CRIPS, mas neste caso não concordamos com o terceiro parágrafo, é apenas para que fique registado.”

7.5.5 - A Moção/Deliberação É urgente e imperioso resgatar o País das “Troikas”, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do BE, e do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica), oito abstenções (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria) e oito votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.6 - A Moção/Deliberação sobre a Reforma do Mapa Judiciário, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes Charneca de Caparica e Trafaria, e do BE), duas abstenções (de eleitos do CDS-PP) e seis votos contra (de eleitos do PSD inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

7.5.7 - A Moção/Deliberação Contra um Governo e as suas ilusões, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado, foi rejeitada por maioria com trinta e três votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) e onze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes Charneca de Caparica e Trafaria).

7.5.8 - A Moção/Deliberação sobre Programas Cofinanciados por Fundos Comunitários em Almada, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, foi aprovada por unanimidade.

7.5.9 - A Moção/Deliberação sobre o Programa Polis da Costa da Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi retirada.

7.5.10 - A Moção/Deliberação sobre o Estudo da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal - Delegação de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira, foi aprovada por unanimidade.

7.5.11 - A Moção/Deliberação sobre A Educação e a Abertura do Ano Lectivo, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes Charneca de Caparica e Trafaria, e do BE) uma abstenção (de eleito do PSD - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e sete votos contra (de eleitos do PSD e CDS-PP).

7.5.12 - A Moção/Deliberação Por uma nova política com um governo de esquerda, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do BE e do PS - Presidente da Junta de Freguesia da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Charneca de Caparica), dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP).

7.5.12.1 - Para uma Declaração de Voto usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço.

7.5.12.1.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu em relação a este documento quero fazer uma pequena declaração de voto, a dizer que o meu voto não foi propriamente na Moção, mas mais pela forma como muitas vezes aqui é acusado o Partido Socialista por parte destes eleitos do BE porque não são todos, mas estes eleitos em especial do Bloco de Esquerda, querem sempre fazer com que o Partido Socialista seja vinculado, não pelo texto que apresentam, mas pela argumentação que fazem em sala que o Partido Socialista seja vinculado a estas políticas do Governo.”

7.5.13 - A Proposta de Recomendação, sobre Programa de Videovigilância apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi rejeitada por maioria com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), uma abstenção (de eleito do PS - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica) e dezoito votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP).

8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 01 de outubro.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, António Manuel veiga dos Santos Mendonça Mendes, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pinheiro Pereira, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.

10- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA; o Senhor Humberto Lameiras - Jornal da Região e de trinta e sete Senhores Múncipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H30 do dia 29 de setembro de 2012.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—

A 1ª

SECRETÁRIA _____



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A 2ª

SECRETÁRIA _____